



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL - GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

RONALDO SOARES

**Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR:
referenciais didáticos instrucionais**

JOÃO PESSOA
2014

RONALDO SOARES

**Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR:
referencias didáticos instrucionais**

Referenciais didáticos instrucionais
apresentados ao Curso de Mestrado
Profissional - Gestão de Organizações
Aprendentes, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção do
título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias

JOÃO PESSOA
2014

S M

Soares, Ronaldo

Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR: referenciais didáticos instrucionais. / Ronaldo Soares. – João Pessoa: UFPB, 2014.

91p.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Gestão de Organizações Aprendentes. Universidade Federal da Paraíba.

1. Propriedade Intelectual. 2. Direitos Autorais. 3. Plágio Acadêmico. I. Universidade Federal da Paraíba. Gestão de Organizações Aprendentes. II. Dias, Guilherme Ataíde. III. Título.

CDD:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

O Trabalho Final de Conclusão do Mestrado de Ronaldo Soares, intitulado “ **Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR: referenciais didáticos instrucionais**”, foi aprovado pela banca examinadora.

Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias
Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Miguel Maurício Isoni
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Américo Augusto Nogueira Vieira
Universidade Federal do Paraná

Aos meus filhos Leonardo, Raísa Carolina (*in memoriam*) e Lucas Caetano, as minhas mais importantes obras.

À Leila, minha esposa e parceira de todos os momentos, sobretudo e, principalmente, na composição das obras acima.

Aos meus genitores Nengão e Gil, que viajaram fora do combinado, deixando um imenso vazio em mim.

Aos meus irmãos e irmãs.

À Élia, nossa colaboradora de mais de duas décadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir alcançar mais um título acadêmico, mesmo a esta altura da minha existência.

À Leila e aos nossos filhos, pela tolerância, compreensão e carinho dispensados.

À Adriana, Carla, Deginane, Oliver, Polianna, Rosana, Sebastião e Taysa, colegas e inseparáveis companheiras e companheiros das aulas do mestrado, dos hotéis, dos restaurantes de *John People* e dos voos e aeroportos.

Ao professor Guilherme Ataíde, intelectual que enobrece ainda mais a conceituada Universidade Federal da Paraíba (UFPB), meu orientador sempre dedicado e amigo paciente.

Ao Cijame Júnior, secretário do mestrado, pela sua inesgotável solicitude.

À Laisa, Letícia, Taciana e Tâmara, ex-alunas na Faculdade de Direito e hoje colegas de escritório de advocacia, por suprirem com esmero e competência as minhas faltas.

Aos diretores, professores, especialmente à Luciana Reis e Denise Barreto, funcionários e amigos da FAINOR.

Ela está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano, citando Fernando Birri

RESUMO

O combate sistemático ao plágio é uma das principais preocupações do meio acadêmico na atualidade. Entre as razões da prática do plágio nos trabalhos acadêmicos pode-se citar a facilidade na obtenção de trabalhos e de informações sobre os mais variados temas e áreas do conhecimento; a falta de tempo para a pesquisa e escrita; a falta de conhecimento da legislação pertinente e o desconhecimento das regras de citações. Diversos estudos sobre o tema têm sido desenvolvidos e publicados e as instituições de ensino têm dispensado especial atenção ao seu combate, seja promovendo a conscientização da importância da redução de sua prática, seja através de adoção de severas medidas institucionais sancionatórias e, ainda, a orientação aos pesquisadores de como se faz as citações e referências, de acordo com as normas técnicas instituídas. O objetivo deste manual é promover a sistematização de políticas institucionais no âmbito da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), a fim que os discentes, docentes e pesquisadores se conscientizem da importância da minimização da prática do plágio na Instituição, além de apresentar um conjunto de ações de combate que poderão reduzir significativamente a sua incidência nos trabalhos acadêmicos.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Direitos Autorais. Plágio Acadêmico.

ABSTRACT

The systematic combat plagiarism is a major concern in academia today. Among the reasons for the practice of plagiarism in academic work can mention the ease in obtaining jobs and information on various topics and areas of knowledge , lack of time for research and writing , the lack of knowledge of relevant legislation and ignorance of the rules of quotes . Several studies on the topic have been developed and published , and educational institutions have been focusing their combat, is raising awareness of the importance of reducing their practice , whether through adoption of severe penalties institutional measures and also the orientation researchers how to do citations and references in accordance with the technical standards imposed . The purpose of this manual is to promote systematization of institutional policies on the Northeast Independent School (FAINOR) , so that students , teachers and researchers become aware of the importance of minimizing the practice of plagiarism at the institution , and present a set of combat actions which could significantly reduce its impact on academic papers.

Keywords : Intellectual Property . Copyrights. Academic Plagiarism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de heteroplágio.....	32
Quadro 2 - Exemplo de plágio total	33
Quadro 3 - Exemplo de mosaico	34
Quadro 4 - Exemplo de citação correta	35
Quadro 5 - Exemplo de plágio direto	36
Quadro 6 - Exemplo de plágio indireto	37
Quadro 7 - Exemplo* de autoplágio.....	38
Quadro 8 - Exemplo texto sem autoplágio	39
Quadro 9 -Exemplo de plágio de fontes.....	39
Quadro 10 - Exemplo de texto de conhecimento comum	42
Quadro 11 - Exemplo de paráfrase	43
Quadro 12 - Exemplo de paródia.....	43
Quadro 13 - Exemplo de reprodução de pequenos trechos	45
Quadro 14 - Exemplo de reprodução na imprensa	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP	Código Penal
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
IES	Instituição de Ensino Superior
LDA	Lei de Direitos Autorais
LI	Lei de Inovação
LPI	Lei de Propriedade Industrial
LS	Lei de Software
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
NBR	Normas Brasileiras de Referências
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
TCCs	Trabalhos de Conclusão de Cursos
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 A PROPRIEDADE INTELECTUAL	21
2.1 CONCEITOS.....	21
2.2 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS DIREITOS AUTORAIS NO BRASIL.....	22
2.3 NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO AUTORAL.....	23
3 A FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE (FAINOR).....	25
3.1 A PRODUÇÃO INTELECTUAL NA FAINOR	25
3.2 A QUESTÃO DA PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS	28
4 O QUE É PLÁGIO?	30
4.1 DEFINIÇÃO.....	30
4.2 ORIGEM	31
4.3 OS ENVOLVIDOS	31
5 OS TIPOS DE PLÁGIO NO ÂMBITO ACADÊMICO	32
5.1 HETEROPLÁGIO.....	32
5.2 INTEGRAL	32
5.3 PARCIAL	33
5.4 ACIDENTAL	35
5.5 PLÁGIO DIRETO.....	35
5.6 PLÁGIO INDIRETO.....	37
5.7 PLÁGIO CONSENTIDO	38
5.8 AUTOPLÁGIO	38
5.9 PLÁGIO DE FONTES	39
6 COMO E PORQUE ACONTECE O PLÁGIO ACADÊMICO	41
6.1 DESCONHECIMENTO DAS REGRAS TÉCNICAS	41
6.2 FACILIDADES DISPONIBILIZADAS PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	41
6.3 FALTA DE TEMPO	42
6.4 DIFICULDADE NA ESCRITA.....	42
7 O QUE NÃO É CONSIDERADO PLÁGIO	43
7.1 CONHECIMENTO COMUM.....	43
7.2 PARÁFRASE.....	43
7.3 PARÓDIA	44
7.4 REPRODUÇÃO DE PEQUENOS TRECHOS.....	45
7.5 REPRODUÇÕES NA IMPRENSA	45

8 TEXTOS LEGAIS ACERCA DOS DIREITOS AUTORAIS E DO PLÁGIO	46
8.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	46
8.2 O CÓDIGO CIVIL	46
8.3 O CÓDIGO PENAL	47
8.4 A LEI N. 9610/98 - LDA.....	47
9 SUGESTÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO ACADÊMICO NO ÂMBITO DA FAINOR.....	49
9.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	49
9.1.1 Conscientização.....	49
9.1.2 Formas de solicitar trabalhos acadêmicos	49
9.1.3 Regras institucionais	50
9.1.4 Sanções.....	50
9.1.5 Uso de <i>softwares</i> de busca de similaridade	51
10 FERREMENTAS DE DETECÇÃO DO PLÁGIO	53
10.1 OS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE COMPUTADORES DE DETECTAÇÃO DO PLÁGIO	53
10.1.1 AntiPlagiarist ACNP Software	53
10.1.2 CheckForPlagiarism.net	53
10.1.3 Ephorus	54
10.1.4 etBlast.....	54
10.1.5 Farejador de plágios 10.1.....	54
10.1.6 Plagisrim advice.....	54
10.1.7 Plagiarism Detect.....	55
10.1.8 Plagiarisma Online	55
10.1.9 Plagium – Online.....	55
10.1.10 Plagius – Detector de Plágio Personal 2.0.....	55
10.1.11 Safe Assign.....	55
10.1.12 Turnitin	56
10.1.13 Viper	56
11 CITAÇÕES E REFERENCIAS: O PADRÃO ABNT	57
11.1 CITAÇÕES.....	57
11.1.1 Regras gerais de apresentação.....	57
11.1.1.1 Sistema numérico.....	57
11.1.1.2 Sistema autor-data	58
11.1.1.3 Citações diretas	58
11.1.1.4 Citações indiretas.....	61
11.1.1.5 Citação de obras com um autor	61
11.1.1.6 Citação de obras com dois autores.....	61
11.1.1.7 Citação de obras com três autores	62
11.1.1.8 Citação de obras com mais de três autores	63
11.1.1.9 Citação de diversas obras do mesmo autor.....	63
11.1.1.10 Citação de diversas obras do mesmo autor e ano.....	64
11.1.1.11 Citação de entidades coletivas conhecidas por siglas.....	64
11.1.1.12 Citação de informações verbais	65
11.1.1.13 Citação de informações extraídas da internet	66
11.1.1.14 Citação de citações.....	66
11.1.1.15 Adição de interpolações, comentários, supressões e grifos.....	67

11.2 REFERÊNCIAS	68
11.2.1 Espécies de referências	69
11.2.1.1 Livro	69
11.2.1.2 Trabalhos acadêmicos	69
11.2.1.3 Entrevista	69
11.2.1.4 Publicação periódica	70
11.2.1.5 Artigos	70
11.2.1.5.1 Artigo de revista eletrônica	700
11.2.1.6 Matéria de jornal	70
11.2.1.6.1 Matéria de Jornal com autoria	71
11.2.1.6.2 Matéria de Jornal sem autoria	71
11.2.1.7 Matéria em meio eletrônico	71
11.2.1.7.1 Matéria em meio eletrônico com autoria	71
11.2.1.7.2 Matéria em meio eletrônico sem autoria	71
11.2.1.8 Trabalhos Apresentados em Congressos, Seminários, Simpósios, Encontros, Workshops e Colóquios	72
11.2.1.8.1 Documento impresso	72
11.2.1.8.2 Documento eletrônico	72
11.2.1.9 Documentos jurídicos	72
11.2.1.9.1 Legislação	72
11.2.1.9.1.1 Constituição	73
11.2.1.9.1.2 Código civil	73
11.2.1.9.1.3 Lei ordinária	73
11.2.1.9.1.4 Portarias, Decretos, Instruções Normativas, Medidas Provisórias, Resoluções, Projetos de leis etc.	73
11.2.1.9.2 Doutrina	74
11.2.1.9.3 Jurisprudência	74
11.2.1.10 Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico	75
11.2.1.10.1 CD - ROM	75
11.2.1.10.2 Homepage institucional	75
11.2.1.10.3 Blogs, Facebook, Orkut, Twitter, Youtube, Site ou Portal	75
11.2.1.11 Imagens em movimento	76
11.2.1.11.1 DVD ou Bluray	77
11.2.1.11.2 Matéria em TV e Rádio	77
11.2.1.12 Documentos iconográficos	77
11.2.1.12.1 Pinturas	77
11.2.1.12.2 Fotografias	77
11.2.1.13 Documentos cartográficos	78
11.2.1.13.1 Atlas	78
11.2.1.13.2 Mapas	78
11.2.1.14 Documentos sonoros	78
11.2.1.14.1 Documento sonoro em parte	78
11.3 ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS	79
 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 80
 REFERÊNCIAS	 82
 ANEXO	 87

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de educar a comunidade com relação à prática do plágio, nas mais variadas modalidades de criação intelectual, no âmbito da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), e visando auxiliar estudantes, professores e pesquisadores na concepção de conteúdos acadêmicos, é que se constitui este manual.

O estudo e as políticas de proteção dos direitos autorais ganham hoje mais relevo e novos contornos em virtude do avanço contínuo, promovido pela internet, que veio mudar radicalmente o ambiente da criação e disseminação do conhecimento, tornando-se imperativo repensar o tema.

Consoante lecionam Avancini e Barcellos (2009), a importância econômica dos direitos autorais na sociedade de informação é uma constatação, tendo em vista que a informação e o conhecimento são considerados produtos de grande potencial econômico.

Por outro lado, as exigências da adequação às várias normas técnicas, em geral no ambiente acadêmico, vêm se somar às questões protetivas dos direitos autorais, dando o contorno de justificativa ao presente estudo.

A chamada “revolução digital”, que, se por um lado, facilita sobremaneira a reprodução técnica com alta definição e velocidade, por outro, estimula o plágio, que é, em apertada síntese, utilizar como sua, obra que não o é. Esse fenômeno, tão presente no ambiente universitário atual, tem se constituído em uma grande preocupação.

Em matéria, intitulada “O PLÁGIO NA ERA DIGITAL” publicada na Revista Veja, São Paulo, a jornalista Roberta de Abreu Lima, assevera:

Com o acesso fácil à informação na rede, a reprodução de conteúdo disseminou-se na academia – e pode ser um obstáculo ao avanço do conhecimento. [...] Todos os casos de plágio em universidades afrontam a lei de direitos autorais - e constituem, não há dúvida, um ataque a um pilar sobre o qual se ancoram a inventividade e o avanço do conhecimento. [...] Enquanto os educadores fracassarem na tarefa de transformar a rede numa ferramenta em prol do aprendizado, será impossível eliminar definitivamente a transcrição cega e acrítica de textos que tanto assola as salas de aula [...] (LIMA, 2011, p. 100-104).

São muitas as espécies de plágios verificados nas produções acadêmicas dos dias atuais e vão desde os trabalhos realizados em salas de aulas, onde os professores propõem e executam a investigação científica através de estímulos e avaliações periódicas até as pesquisas mais aprofundadas, o que desafia a combater a prática nas instituições de produção e disseminação do conhecimento.

Diante desse cenário, surge a necessidade de implementação, por parte das instituições de ensino e pesquisa, de estratégias, de ações, de procedimentos inibidores e até de sanções mais severas para aqueles que transgredirem as normas que regem a espécie, a fim de proteger adequadamente da prática do plágio, o conhecimento produzido.

Nessa perspectiva indicada, esse estudo representa uma contribuição para a sistematização de uma política de gestão do conhecimento produzido na FAINOR, Instituição de ensino em que trabalhamos como docente, servindo de guia para difundir entre aos alunos, docentes e pesquisadores, de um modo geral, o que é exatamente o plágio; as suas mais modalidades, as suas implicações ético-legais; além de apresentar sugestões para a diminuição dessa prática nos trabalhos acadêmicos produzidos na instituição.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento de um mundo sem fronteiras provocou profundas transformações também nas relações interpessoais. Muitas são as possibilidades de interação e de comunicação e a velocidade com que as informações, oriundas de todas as partes do planeta. Com acerto, o compositor Gilberto Gil (1991, faixa 2), ao afirmar que “Antes mundo era pequeno, porque Terra era grande. Hoje mundo é muito grande, porque Terra é pequena [...] Antes longe era distante. Perto só quando dava. Quando muito, ali defronte e o horizonte acabava [...]”. A internet encurtou as distâncias e tornou o planeta pequeno demais, se comparada a facilidade de acesso com a vastidão das informações passíveis de serem conhecidas.

O panorama, hoje, sem dúvida, inspira muitos desafios para a adequação a essa nova realidade, posto que “a revolução digital”, apesar de promover uma maior acessibilidade às informações, paradoxalmente aumentou o universo dessas mesmas informações, impondo um encargo a mais aos pesquisadores.

Destarte, o campo da produção e disseminação do conhecimento também tem as suas preocupações e o plágio é, sem dúvida, uma delas. O plágio é um fenômeno que está a exigir a adoção de políticas gerenciais e educativas que sistematizem e disciplinem as produções científicas, notadamente nos cursos de graduação.

Garschagen (2006, s.d.), já apregoava, com razão:

Plagiar nunca foi tão fácil e frequente nas universidades brasileiras, principalmente depois da popularização da internet. Os professores universitários são obrigados a duvidar de todos os trabalhos entregues pelos alunos. ‘O plágio nas universidades se tornou uma pandemia’, lamenta Lécio Augusto Ramos, professor de metodologia da pesquisa do curso de Comunicação Social da Universidade Estácio de Sá e orientador de trabalho de conclusão de curso da cadeira de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense.

No entanto, o fenômeno está longe de ser um privilégio apenas de alunos. Segundo Lima (2011, p. 102) o plágio “é algo que se alastra desde a graduação até o panteão dos cientistas de mais alta estirpe”. Com acerto a jornalista, eis que há casos de envolvimento de professores e cientistas em plágio de trabalhos acadêmicos.

O jornal *A Folha de São Paulo* já destacou casos de plágio envolvendo professores e cientistas:

A USP abriu uma sindicância interna para apurar uma acusação de plágio contra a reitora Suely Vilela e mais dez pessoas. Na prática, a universidade vai investigar sua própria reitora. [...] Na história recente da USP, não é a primeira vez que

pesquisadores são acusados de plágio. Em 2008, Alejandro de Toledo, diretor do Instituto de Física da USP, e Nelson Carlin Filho, vice-diretor da Fuvest, foram investigados. O caso terminou com uma moção de censura ética contra os cientistas (GERAQUE, 2009, s.p.).

O mesmo caso mereceu, ainda na *Folha de São Paulo*, nova reportagem, dois anos depois:

USP demite professor por plágio em pesquisa. A reitoria da USP decidiu demitir um professor de dedicação exclusiva, com mais de 15 anos de carreira, após entender que ele liderou pesquisa que plagiou trabalhos de outros pesquisadores.

A exoneração por plágio é a primeira na instituição em mais de 15 anos. O imbróglgio envolveu também a ex-reitora Suely Vilela, coautora da pesquisa questionada. Ela não sofreu punição --a avaliação é que não teve relação com os trechos plagiados.

O docente Andreimar Soares, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, foi demitido por ser o principal autor da pesquisa, que copiou imagens de trabalhos de 2003 e 2006, sem creditá-las aos autores, da UFRJ (Federal do Rio). (TAKAHASHI, 2011, s.p.).

O desafio de reduzir a prática do plágio no ambiente universitário tem sido objeto de muitas discussões mundo afora. Pesquisadores e professores de países como a Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e outros, têm manifestado disposição no enfrentamento do problema. Sem contar que as legendárias universidades de Oxford e Cambridge já propagam, há algum tempo, entre alunos e professores, a necessidade de se combater a prática do plágio (KROKOSZ, 2012).

No Brasil, algumas instituições de ensino, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Osvaldo Cruz, já adotam medidas protetivas aos direitos do autor ao submeter os trabalhos acadêmicos a programas digitais identificadores.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por sua vez, aprovou em 19/10/2010, por unanimidade, a partir da iniciativa do advogado cearense Ricardo Bacelar, um conjunto de recomendações aos Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Cultura; Conselho Federal de Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e às reitorias e direções das instituições de ensino, para que adotem rigorosas políticas de conscientização e medidas junto à Polícia Federal, a Procuradoria Geral de Justiça e Procuradorias de Justiça dos Estados, para a responsabilização, de acordo com as normas vigentes, dos envolvidos no comércio ilegal de monografias. Na proposição, protocolizada sob o n. 2010.19.07379-01, em 18.10.2010, o advogado cearense argumentou:

[...] As ferramentas tecnológicas da informática e o advento da *internet* proporcionam acesso irrestrito a muitos bancos de dados, oficiais e particulares, informações diversas e notícias em tempo real de todas as partes do mundo. [...] Contudo, algumas distorções advindas desta facilidade de acesso eletrônico muito nos preocupam. Em especial, merece destaque o crescimento desenfreado da **prática do plágio na universidade brasileira e nas escolas de ensino médio** (BACELAR, 2010, p. 1-2, grifo do autor).

O Presidente da OAB, após a aprovação da proposição pelo Conselho Federal da Instituição, encaminhou ofícios a diversas instituições, no sentido de recomendar a elas a utilização de softwares de busca de similaridade na internet e em bancos de dados e a adoção de políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, visando coibir o plágio na comunidade acadêmica (OAB, 2013).

Na sequência, a própria CAPES (2011), adotando o entendimento da OAB, repassou as recomendações às instituições de ensino que compõem o seu campo de atuação, asseverando:

[...] recomenda [...] que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte dos alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011, p. 1).

Nesse sentido, a FAINOR, Instituição de Ensino Superior (IES), deve se enquadrar nesse contexto de preocupações, uma vez que também tem vivenciado as mesmas dificuldades e tem trabalhado incessantemente no sentido de conscientizar os seus alunos, professores e pesquisadores a combaterem o plágio nas produções acadêmicas.

Destarte, uma política que proteja os direitos autorais, como se frisou, e, via de consequência, contribua para a redução da prática do plágio tem o condão de trazer enormes benefícios para os docentes, discentes e todo o capital humano que compõe a estrutura da FAINOR, e, via de consequência, uma maior credibilidade da produção do conhecimento a ser desenvolvido nos seus domínios.

Este trabalho está organizado de modo a esclarecer ou dirimir as principais dúvidas e questionamentos acerca do tema, e divide-se em doze capítulos. Na apresentação e no primeiro capítulo, que denominamos de introdução, apresentamos as justificativas para a sua elaboração e os principais objetivos que ele almeja alcançar. Com uma linguagem coloquial, cuidamos de fazer uma abordagem inicial do tema, na perspectiva de demonstrar a preocupação com o fenômeno do plágio e a necessidade de enfrentamento do problema.

No segundo capítulo, fazemos uma análise conceitual da propriedade intelectual, traçamos uma abordagem histórica dos direitos autorais no Brasil e discorremos sobre o tratamento que o direito brasileiro dá ao tema, através de alguns instrumentos legais.

No terceiro capítulo, apresentamos um perfil da FAINOR, com a sua produção científica e os seus mecanismos de proteção aos autores.

No quarto, apresentamos os conceitos e as mais variadas formas de ocorrência do plágio no ambiente acadêmico; os envolvidos e as suas modalidades mais recorrentes; o que vem a ser o plágio, suas definições, espécies e origem.

No quinto capítulo discorremos sobre a tipologia e os casos concretos de plágio.

No sexto capítulo, demonstramos, com base em revisão bibliográfica, como e porque o plágio acontece e quais são as suas causas principais.

No sétimo capítulo, relacionamos algumas situações em que não se considera como plágio as citações e referências às obras de outros autores.

No oitavo capítulo, analisamos, a partir dos dispositivos correspondentes da Constituição Federal, do Código Civil, do Código Penal e da Lei n. 9.610/98 (LDA), com as modificações da Lei n. 12.853/13; quais são as principais consequências jurídicas do plágio; as medidas assecuratórias do direito à propriedade intelectual e as penalidades e sanções previstas para o caso de violações a esses direitos.

No nono capítulo, apresentamos algumas sugestões que, se efetivamente aplicadas, poderão contribuir para a redução da prática do plágio no ambiente universitário da FAINOR. Tais sugestões traduzem-se na adoção de políticas institucionais de conscientização; procedimentos; medidas e sanções que podem ser adotadas, separada ou conjuntamente, com o intuito de minimizar o plágio acadêmico do âmbito da IES abordada.

No décimo capítulo relacionamos algumas ferramentas de detecção do plágio, em que os *softwares* promovem varreduras na internet e em banco de dados.

O décimo primeiro capítulo expõe as formas corretas de citações e referências, com base nas normas brasileiras de referências (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), respectivamente NBR 10520:2002 e NBR 6023:2002.

No décimo segundo capítulo apresentamos as considerações finais.

Nos anexos A e B trazemos alguns excertos legais e um rol de recursos informacionais eletrônicos relacionados à propriedade intelectual.

Nessa linha de raciocínio, a nossa perspectiva, com esse estudo, é a de trazer um panorama das medidas que devem ser adotadas, enfatizando os parâmetros norteadores de uma política inteiramente voltada para a minoração do plágio, mostrando, igualmente, a

importância da adoção de diretrizes sistematicamente delineadas e com objetivos claros a serem alcançados.

2 A PROPRIEDADE INTELECTUAL

As criações intelectuais são tuteladas e protegidas pela Constituição Federal e pelas Leis n. 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial – LPI); Lei n. 9.609/98 (Lei do Software - LS); Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais - LDA), com as modificações introduzidas pela Lei n. 12.853/13; Lei n. 10.973/04 (Lei de Inovação - LI), além de outras, de modo a permitir que os seus autores auferam os resultados que se originem de suas obras. A propriedade intelectual compreende as marcas, patentes e as obras literárias, artística e científica, além de outras.

Em regra, a proteção consiste em duas vertentes jurídicas congêneres: a propriedade industrial e o direito autoral.

Vale aqui o magistério da doutrina mais abalizada:

Tradicionalmente entende-se como Propriedade Intelectual o conjunto de prerrogativas e obrigações decorrentes das relações jurídicas promovidas sobre a criação intelectual humana. Em regra, consiste em duas orientações: a propriedade industrial e o direito autoral (ARRABAL, 2005, p.23).

A propriedade intelectual, pois, é gênero, e a propriedade industrial e a autoral são espécies.

2.1 CONCEITOS

Propriedade intelectual é apenas uma das muitas denominações utilizadas para identificar e descrever os direitos dos criadores de obras intelectuais.

Para Bittar (2003, p. 34), o direito de propriedade intelectual é “aquele referente às relações entre pessoa e as coisas (bens) materiais, que cria e traz a lume, vale dizer, entre os homens e os produtos de seu intelecto, expressas sob determinadas formas [...]”. Portanto, a propriedade intelectual compreende as marcas, patentes, *know-how* e as obras literárias, artísticas e científicas, além de outras.

Segundo o magistério de Pinheiro (2013, p.11) há que se fazer as seguintes distinções:

Direitos autorais são aqueles que dizem respeito às criações de caráter intelectual, artístico ou científico do espírito humano [...].

[...] já os direitos de propriedade industrial são aqueles que dizem respeito também às criações da mente humana, mas os que dão origem às invenções e às marcas, os que tem caráter exclusivamente econômico e que possuem como essência a sua aplicabilidade em escala industrial.[...].

[...] os direitos de personalidade, por sua vez, são aqueles relacionados com as características que identificam o ser humano, como a sua imagem, o som de sua voz e até mesmo o seu próprio nome. [...].

Assim, o direito autoral disciplina as criações do espírito, expressas por qualquer meio, sendo que as obras protegidas estão elencadas na própria LDA e são estudados pelo Direito Civil.

Segundo Molina (2008), o tema direitos autorais merece especial atenção. Tanto assim que o Ministério da Cultura do Brasil (MinC), entre os anos de 2007 a 2009, promoveu debates e encontros para discutir com diversos setores da sociedade a questão dos direitos autorais no país, tendo inclusive realizado, em 2010, consulta pública para revisão da atual LDA, sempre com intuito de adequar e harmonizar os direitos de criadores com a nova realidade do direito de acesso à cultura e das tecnologias digitais.

2.2 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS DIREITOS AUTORAIS NO BRASIL

Os direitos autorais são disciplinados na legislação brasileira desde 1897, ocasião em que passou a vigorar internamente, o acolhimento dos ditames da Convenção de Berna. A partir daí, surgiram inúmeras associações com o intuito de zelar e proteger os interesses dos autores de criações artísticas, literárias e científicas.

Em 1898, surge a primeira lei brasileira de Direito Autoral, a denominada Lei Medeiros de Albuquerque, que disciplinava em seu artigo 1º :

Os direitos de autor de qualquer obra literária, científica ou artística consistem na faculdade, que só ele tem, de reproduzir ou autorizar a reprodução do seu trabalho pela publicação, tradução, representação, execução ou de qualquer outro modo.

Em sede constitucional, foi a Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 72, quem primeiro definiu:

Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las pela imprensa ou por outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desses direito pelo tempo que a lei determinar.

As Constituições posteriores, exceto a de 1937 que suprimiu esses direitos da esfera constitucional, deixando-os disciplinados apenas no Código Civil, mantiveram a proteção aos direitos do autor, inclusive a atual Carta Magna, de 1988, que em seu artigo 5º, XXVII, XXVIII, alíneas “a” e “b”, recepcionando princípios contidos na Convenção de Berna e de Roma, em seu artigo 5º, incisos XXVII, estatui:

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar; são assegurados, nos termos da lei: a proteção às participações, individuais em obras coletivas e a reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas [...].

Todavia, uma estrutura oficial voltada para a regulação desses direitos só foi estabelecida com a promulgação da Lei 5.988, de 1973, criada em pleno regime militar e no auge da censura no Brasil. Esse instrumento legal impunha um modelo intervencionista do Estado no campo autoral.

Mais tarde, de certa forma adotando como modelo as legislações de outros países, a Lei nº 9.610, de 1998, veio a disciplinar a matéria. É a lei ordinária vigente que trata e rege a matéria.

Essa lei estampa uma gama de dispositivos protetivos dos direitos do autor. No campo patrimonial ela permite a cessão ou a transferência dos direitos sobre a obra, de modo a permitir uma ampla exploração econômica da criação. A seu turno, no aspecto moral, ela cria uma ligação pessoal do autor com a obra, na medida em que prevê a indisponibilidade e irrenunciabilidade desses direitos.

Em 2013, a Lei n. 12.853, de 14 de agosto, introduziu algumas modificações na LDA, notadamente no que diz respeito à gestão coletiva dos direitos autorais.

2.3 NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO AUTORAL

O direito autoral está situado no campo do direito de propriedade, embora alguns autores o considerem como um direito de natureza *sui generis*, justamente pela dicotomia existente entre o direito patrimonial e o direito moral.

A associação dos direitos autorais à ideia de propriedade tem recebido severas críticas da doutrina hodierna, ao argumento de que isso só reforça o mercantilismo privado na disseminação das obras.

De acordo com o MinC (2008), através da Coordenação-Geral de Direito Autoral, órgão responsável pela Gestão da Política de Direito Autoral, a propriedade intelectual cuida de coisas intangíveis, oriundas das inovações e criações da mente.

Sobre os direitos autorais, vejamos o que leciona Miranda (2000, p. 293-294):

Alguns direitos têm por objeto coisas incorpóreas ou bens imateriais. Tal é o direito de autor, no mais largo sentido: sobre a obra literária, artística e científica [...]. A relação entre autor e a obra é semelhante à relação entre o dono da coisa e a coisa.

Outros aspectos devem ser acrescentados como extrema necessidade de regulamentação de algumas práticas contratuais correntes e a harmonização dos direitos autorais com os direitos fundamentais, com destaque para o acesso à cultura e os direitos educacionais.

Além disso, cumpre ressaltar, por necessário, a importância dos direitos autorais no desenvolvimento econômico e social do país.

O direito da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação deve ser um instrumento de desenvolvimento que venha a ampliar políticas públicas de difusão do conhecimento, promovendo inovação, educação e cultura (WACHOWICZ; MORENO, 2010, p. 8).

Por último, cumpre notar que a LDA confere aos criadores das obras intelectuais direitos patrimoniais e morais, os quais possuem naturezas distintas.

São direitos patrimoniais aqueles devidos, em pecúnia, pela utilização ou reprodução da obra. Esses direitos são disponíveis e, assim, podem ser transferidos ou cedidos parcial ou totalmente, por ato intervivos ou *causa mortis*. Significa dizer que os direitos autorais podem ser cedidos ainda em vida pelo autor e também são transferíveis, por herança, aos seus herdeiros, pelo prazo de setenta (70) anos, contados do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da morte do autor. Após esse prazo, a obra cai em domínio público, passando ao Estado a defesa da sua integridade.

Os direitos morais, a seu turno, estão estampados no artigo 24 e seguintes da LDA, e são personalíssimos, indisponíveis, intransferíveis, irrenunciáveis e imprescritíveis. Em alguns casos, alguns desses direitos são transmissíveis aos sucessores do autor.

3 A FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE (FAINOR)

A FAINOR tem sede no município de Vitória da Conquista, que possui área territorial de 3.357 km² e população de 306.866 habitantes, está situado a 509 km de Salvador, capital do Estado, e integra a região sudoeste da Bahia, composta por outros trinta e nove (39) municípios, que, por sua vez, compreende uma área de 42.542,9 km² e abriga uma população de mais de um milhão de habitantes (IBGE, 2010), o que representa dez por cento (10%) da população do Estado, sendo Vitória da Conquista a terceira cidade da Bahia e maior e mais importante de todas as quarenta (40) que compõem a região sudoeste, seja do ponto de vista populacional e bem assim sob o aspecto sócio econômico e cultural.

Encravada em três grandes eixos rodoviários, a BR 116, a Rio-Bahia, no sentido Norte-Sul do país; a BA 262, no sentido oeste do Estado da Bahia e o BA 415, que liga a cidade a Ilhéus, Vitória da Conquista se notabiliza, economicamente, pela prestação de serviços, que é o setor da atividade econômica que mais cresce no seu interior, sendo ela reconhecidamente uma das mais promissora no setor, em todo o país.

O surgimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no início dos anos 80, do século passado, foi o grande propulsor do crescimento econômico da cidade, pois, além da natural repercussão social e cultural que a recém criada instituição introduziu, provocou também enorme crescimento na economia local, na medida em passou a gerar, com as suas externalidades, como os gastos para a expansão e manutenção da instituição; os recursos lançados no mercado por professores, funcionários e alunos, muitos deles de outras localidades, impactos financeiros consideráveis (LOPES, 2003).

A cidade de Vitória da Conquista oferece hoje educação superior através de quatro grandes instituições: a UESB, com sede em Vitória da Conquista, mas que possui campus ainda em outras localidades, como Itapetinga e Jequié; a Faculdade Juvêncio Terra; a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR).

A FAINOR é, sem sombra de dúvidas, uma importante instituição de ensino superior do Estado da Bahia e o seu regular funcionamento provoca um impacto positivo de grande significado para a vida social e econômica não apenas na cidade de Vitória da Conquista, mas em toda a região sudoeste.

A Instituição, que já nasceu grande, iniciou as suas atividades em 03 de setembro de 2001, credenciada que foi pela Portaria MEC nº 1.393 de 04 /07/2001, publicada no Diário Oficial da União de 09/07/2001, tendo oferecido, inicialmente, os cursos de Ciências

Contábeis, Administração, com habilitação em Agroindústria e Engenharia da Computação. Já em 2002, com a implantação do curso de Direito, a Instituição ganhou projeção ainda maior. Na sequência, outros cursos foram sendo oferecidos à população, como os de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Produção, Odontologia, Ciências Contábeis, Estética, Fisioterapia e Design de Moda.

Segundo o site da instituição, o seu projeto de criação surgiu do sonho de alguns empreendedores da área educacional em atender a população local, evitando o êxodo de jovens para outras localidades em busca de qualificação acadêmica e profissional.

O projeto, sonho de um grupo de empreendedores da educação, fez nascer uma Instituição de Ensino Superior Privada na cidade, com foco na concepção de educação, ciência e cultura como amplo e aberto processo vital e dialógico em que se integram os indivíduos e os grupos humanos na sua formação e no seu desenvolvimento integral [...] (FAINOR, 2013, s.p.).

Atualmente a FAINOR oferece à comunidade regional treze (13) cursos de graduação, além de inúmeras atividades de extensão e pesquisa, sempre com a visão institucional de “Ser uma Instituição líder em educação, oferecendo qualidade e excelência em seus produtos, serviços e soluções para atender a um mundo em transformações” (FAINOR, 2013, s.p.).

Atendendo atualmente ao número de 4.458 alunos, matriculados nos seus mais diversos cursos e composta de um corpo docente de 209 professores, a FAINOR vem acompanhando, na mesma proporção e intensidade, o crescimento da cidade e da região Sudoeste da Bahia.

3.1 A PRODUÇÃO INTELECTUAL NA FAINOR

A pesquisa científica na FAINOR está em franco crescimento e inclui esforços de todo o corpo funcional para o incremento de um conjunto de atividades, tais como: publicações; criações de produtos acadêmicos; produção e publicações de livros, manuais, jornais, revistas, artigos e relatórios técnicos; produções audiovisuais, aplicativos e outros, o que, por certo, justifica a preocupação no combate ao plágio.

Segundo o Manual de Pesquisa Fainor, “Pesquisa é o conjunto de atividades cujo objetivo é a busca por solução de problemas e a obtenção de novos conhecimentos” (SOUZA FILHO; DUARTE; REIS, 2013, p. 4).

Já o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2011-2015), elaborado para sistematizar as políticas institucionais, em relação à pesquisa, estatui:

4.3 Política de Pesquisa.

A pesquisa e a produção científica buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade como forma de assegurar a análise, a compreensão e intervenção da realidade enquanto suporte básico para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e às demandas do progresso científico e tecnológico (FAINOR, 2011-2015).

A disponibilização dos conteúdos, resultados das pesquisas engendradas tanto pelo corpo discente, como pelo docente, ocorre das mais variadas formas, pois além dos trabalhos de pesquisas realizados em salas de aula, tem-se ainda a confecção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que a cada semestre somam cerca de 150 em todos os cursos; outros meios de pesquisas são mantidos pela IES e outras instituições.

Os mecanismos de divulgação inclui a Revista Eletrônica denominada de *Ciência & Desenvolvimento*¹, que se constitui em importante veículo para a disseminação de assuntos científicos e do conhecimento produzido na IES. A publicação de artigos, por meio digital, tem ganhado espaço nesse novo veículo.

Além disso, realiza-se, a cada semestre, a Semana de Iniciação Científica, importante evento que objetiva, através da exposição, painéis e debates, a publicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos por integrantes dos corpos discente e docente da instituição, sem falar na oportunidade que se dá a outras instituições congêneres de promover a divulgação dos seus trabalhos (FAINOR, PDI), “tudo com o objetivo de despertar a vocação científica dos discentes e docentes de graduação da IES” (SOUZA FILHO; DUARTE; REIS, 2013, p. 4).

Portanto, o presente Manual poderá ser utilizado também na produção científica, nos mais variados campos do conhecimento que estão sendo desenvolvidas na FAINOR. Esta produção é constituída, como se frisou, de fichamentos, resumos, relatórios, resenhas, ensaios, artigos, trabalhos de conclusão de curso e até de dissertações e teses, os dois últimos, nos casos de eventuais cursos de mestrado e doutorado.

¹ www.fainor.com.br

3.2 A QUESTÃO DA PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS

Uma consequência lógica da produção científica é a publicação dos trabalhos produzidos na Instituição, que integra o tripé do ensino superior no país: o ensino, a pesquisa e a extensão.

De nada adianta a produção acadêmica sem a disseminação desse conhecimento, que, a rigor, compõe a etapa seguinte à da criação. No entanto, essa publicação implica em alguns problemas relacionados aos direitos autorais.

Assim, é necessário que se estabeleça na Instituição, no caso a FAINOR, uma política que discipline e normatize a publicação física e, principalmente, a digital dos conteúdos produzidos, de modo a garantir a ampla divulgação dos trabalhos realizados, sem prejuízo dos direitos dos autores.

No Brasil, segundo Pinheiro (2013, p. 91), algumas instituições, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBa) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), já adotam políticas que asseguram a ampla divulgação dos trabalhos pelas próprias instituições, com a prévia autorização dos seus autores.

Destarte, para que os trabalhos acadêmicos produzidos na FAINOR sejam de livre acesso do público, notadamente no ambiente digital, é preciso que os discentes, docentes e pesquisadores vinculados à instituição autorizem previamente a sua divulgação. Isso deverá fazer parte de uma política institucional a ser adotada.

A seguir, apresentamos um modelo de autorização a ser firmado por aqueles que desejarem ter os seus trabalhos disponíveis no *site* da Instituição ou mesmo em qualquer outro repositório digital.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu _____ nacionalidade _____, estado civil _____, portador do RG n. _____ e do CPF n. _____, residente e domiciliado _____, discente/docente, matriculado/vinculado ao Departamento _____, do Curso de _____, AUTORIZO à Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), a reproduzir e disponibilizar na rede mundial de computadores Internet – e permitir a reprodução por meio eletrônico da obra _____, sem prejuízo dos direitos morais assegurados nos artigos 24, 25, 26 e 27, da Lei n. 9.610/98.

Vitória da Conquista- Bahia, ____/____/____.

4 O QUE É PLÁGIO?

4.1 DEFINIÇÃO

Segundo Hartman (2006), a palavra plágio tem sua origem no grego: *plágios*, que significa oblíquo, assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem), imitar (trabalho alheio). Esta definição necessariamente convoca os conceitos de autenticidade e originalidade.

Nessa linha de raciocínio, plagiar é apropriar-se indevidamente de obra criada por outrem ou apresentar como própria a obra de outra pessoa, o que se constitui em ato imoral e ilegal, eis que se trata de uma violação dos direitos autorais.

No plano acadêmico, de acordo com Umberto Eco (2010), os estudantes são vítimas de uma legislação paradoxal, que os obrigam a doutorar-se para resolver dolorosas questões econômicas e, assim, acabam praticando o plágio. Tanto que, na obra intitulada “Como se faz uma tese”, para explicar que o livro não serve para socorrer os leitores dessa dificuldade, o autor alerta-os, em tom paradoxal e irônico, afirmando que se estas forem as suas necessidades, será melhor escolher outras opções, quais sejam:

- (1) Investir uma quantia razoável para que os outros façam a tese por eles.
- (2) copiar uma tese já pronta há alguns anos em outra universidade (não convém copiar uma obra já publicada, mesmo numa língua estrangeira, pois se o docente for razoavelmente bem informado deverá saber de sua existência. Mas copiar em Milão uma tese feita em Catânia oferece razoáveis possibilidades de êxito; naturalmente, é necessário informa-se primeiro se o relator da tese, antes de lecionar em Milão, não deu aula em Catânia: donde mesmo copiar uma tese implica um inteligente trabalho de pesquisa (ECO, 2010, p. 4).

Sem dúvida, o plágio, prática tão frequente, além de demonstrar a má-fé do pesquisador, contribui para o desmerecimento da produção e a reputação das instituições:

Entende-se por plágio a apropriação e apresentação de conteúdo alheio como se fosse próprio. Essa prática no âmbito acadêmico é um sério problema que interfere na qualidade da produção científica, compromete a credibilidade do processo de autoria e ameaça a reputação de instituições de pesquisa (KROKOSZ 2012, última capa).

Portanto, o plágio nada mais é do que a apresentação de trabalho que não seja da lavra do apresentante ou que contenha trechos, frases e parágrafos escritos por outrem, sem que se informe as fontes originárias. Assim ocorre o plágio, segundo Dias (2013, s.p.), quando “alguém faz uso de material de outro autor como se fosse seu”.

4.2 ORIGEM

Não há como precisar a época em que o plágio tenha surgido, mas há registros de sua existência desde os tempos mais remotos. Inobstante a afirmativa de Almeida (2010, p. 19), dando conta da existência do plágio “desde a antiguidade romana”, pode-se afirmar que ele surgiu desde a idade da pedra, quando o *homo erectus* copiava a descoberta dos primeiros utensílios de caça, desde o instrumental de pedra até os componentes mais evoluídos como as lanças, facas e machadinhas.

Conclui-se, assim, que a prática do plágio é muito antiga.

4.3 OS ENVOLVIDOS

De um modo geral, o plágio envolve dois ou mais sujeitos, o autor ou autores da obra original e o plagiador ou plagiadores, quem a indevidamente a copia. Contudo, no seio acadêmico o plágio envolve uma terceira pessoa, que é aquele a quem é dirigida a criação: o leitor e/ou o avaliador da produção.

Assim, nos trabalhos acadêmicos, quando acontece a cópia de livros, de páginas da internet, de artigos científicos, sem que se atribua os créditos, o redator plagiário prejudica o autor do conteúdo e engana também o leitor ou destinatário do trabalho.

5 OS TIPOS DE PLÁGIO NO ÂMBITO ACADÊMICO

A partir da enumeração feita por Krokosz (2012), diversas são as modalidades de plágio que podem ser identificadas, dentro ou fora do ambiente acadêmico. A seguir, pontuaremos algumas espécies:

5.1 HETEROPLÁGIO

É o modo mais corriqueiro e também mais conhecido dos plágios e ocorre quando a cópia é perpetrada a partir da obra de autoria de outra pessoa. Aqui o redator plagiário se apossa da obra escrita por outrem e a apresenta como sua (Quadro 1).

Quadro 1 - Exemplo de heteroplágio

Texto Original	Heteroplágio
Conviver o dia-a-dia com o presidente João Pessoa era uma tarefa árdua. Se era contraditado, tornava-se ríspido, sarcástico, irresistível. Não sabia convencer. Nada abalava a rigidez das suas convicções. Depois de usar e abusar de sua autoridade na perseguição aos coronéis que acoitavam assassinos e bandidos em suas fazendas, teve João Pessoa a insensatez de, na campanha eleitoral, visitar José Duarte Dantas e José Pereira nos seus respectivos redutos. E isto ocorreu uma semana antes de começar a Guerra de Princesa. Referência MELO, Fernando. João pessoa. Uma biografia. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 207.	Conviver o dia-a-dia com o presidente João Pessoa era uma tarefa árdua. Se era contraditado, tornava-se ríspido, sarcástico, irresistível. Não sabia convencer. Nada abalava a rigidez das suas convicções. Depois de usar e abusar de sua autoridade na perseguição aos coronéis que acoitavam assassinos e bandidos em suas fazendas, teve João Pessoa a insensatez de, na campanha eleitoral, visitar José Duarte Dantas e José Pereira nos seus respectivos redutos. E isto ocorreu uma semana antes de começar a Guerra de Princesa. Referencia (autor, obra e universidade fictícios) BOTELHO, Heitor. A guerra de princesa. 2008. 87 f. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Universidade Triangular, João Pessoa, 2008, p. 187.

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.2 INTEGRAL

Acontece quando se copia palavra por palavra de um trabalho inteiro sem citar a fonte de onde se tirou (Quadro 2).

Quadro 2 - Exemplo de plágio total

Texto Original	Plágio Total
Episódio Manhã cedo passa a minha porta um boi. De onde vem ele se não há fazendas? Vem cheirando o tempo entre noite e rosa. Pára à minha porta sua lenta máquina. Alheio à polícia anterior ao tráfego Ó boi, me conquistas para outro, teu reino. Seguro teus chifres: eis me transportado Sonho e compromisso ao País Profundo. Referência: ANDRADE, Carlos Drummond de, 1984. A Rosa do Povo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012, p. 67.	Episódio Manhã cedo passa a minha porta um boi. De onde vem ele se não há fazendas? Vem cheirando o tempo entre noite e rosa. Pára à minha porta sua lenta máquina. Alheio à polícia anterior ao tráfego Ó boi, me conquistas para outro, teu reino. Seguro teus chifres: eis me transportado Sonho e compromisso ao País Profundo. Referência (autor e título fictícios) FERREIRA, Manoel. O boi. Vitória da Conquista: Edição Particular, 2013.
Comentário O redator copiou integralmente o texto acima, sem indicar o seu autor e obra.	

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.3 PARCIAL

É quando o trabalho é uma “colcha de retalhos” ou um “mosaico” formado por cópias de parágrafos, trechos e frases de autores diversos, sem mencionar suas obras. Nessa espécie de plágio, o autor do trabalho utiliza-se de “recortes” de várias fontes diferentes, acrescentando algumas palavras da sua própria lavra para organizar as ideias (Quadro 3).

Quadro 3 - Exemplo de mosaico

Texto Original	Texto com plágio indireto (mosaico)
Caetano entrou no palco enfurecido, caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento. Mas os sons e o ritmo alegre e descontraído da marchinha Alegria Alegria acabaram por fazer aquela gente ouvir a pergunta crucial que a letra sugeria para aquele momento maravilhoso: Por que não? Referência RIBEIRO, Solano. Prepare seu coração. A história dos grandes festivais. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 107. Caetano, em vez de tipos e lugares de Salvador trabalharia com elementos do universo pop daquela época. [...] A letra é claramente cinematográfica, com suas imagens focalizadas diretamente do cotidiano. [...] Rindo consigo mesmo, Caetano não resistiu à tentação de incluir uma citação de <i>As palavras</i>, a autobiografia do filósofo Jean-Paul Sartre – seu livro favorito na época: “nada no bolso e nada nas mãos”. Referência CALADO, Carlos. Tropicália. A história de uma revolução musical. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 120.	A canção Alegria Alegria, na qual Caetano, em vez de tipos e lugares de Salvador trabalha elementos do universo pop daquela época, com letra claramente cinematográfica, com suas imagens focalizadas diretamente do cotidiano, fez aquela gente ouvir a pergunta crucial que a letra sugeria para aquele momento maravilhoso: Por que não? Comentário: o redator constrói o seu texto a partir de fragmentos das duas fontes mencionadas.
Citação Correta Conforme explica Calado (1997, p. 120) Caetano Veloso, na canção Alegria Alegria, utiliza-se “em vez de tipos e lugares de Salvador trabalha elementos do universo pop daquela época, com claramente cinematográfica, com suas imagens focalizadas diretamente do cotidiano [...]”. Isso tudo, destaca Ribeiro (2002, p. 40), “fez aquela gente ouvir a pergunta crucial que a letra sugeria para aquele momento maravilhoso: Por que não?” Referências CALADO, Carlos. Tropicália. a história de uma revolução musical. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997. RIBEIRO, Solano. Prepare seu coração. A história dos grandes festivais. São Paulo: Geração Editorial, 2002.	

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.4 ACIDENTAL

No plágio acidental, o redator não tem a intenção deliberada de plagiar; falta-lhe o elemento da voluntariedade. Ele ocorre por falta de conhecimento das técnicas e regras de citações e referências. Portanto, no plágio acidental o autor demonstra desconhecimento ou descaso em relação às convenções normatizadoras do processo de escrita. Esse tipo de plágio prima pela insignificância, no caso de apresentação (Quadro 4).

Quadro 4 - Exemplo de citação correta

Texto Original	Citação Correta*
A Democracia Corintiana era a joia da coroa. Casagrande tinha profundo orgulho do movimento que trouxe liberdade e respeito aos jogadores e lançava luz, indiretamente, nas trevas da ditadura militar do país (Walter Casagrande e Gilvan Ribeiro). Comentário A citação está incorreta.	Segundo Casagrande Júnior e Ribeiro (2012), a Democracia Corintiana era a joia da coroa e o primeiro tinha profundo orgulho do movimento que trouxe liberdade e respeito aos jogadores e lançava luz, indiretamente, nas trevas da ditadura militar do país. ou A Democracia Corintiana era a joia da coroa e o primeiro tinha profundo orgulho do movimento que trouxe liberdade e respeito aos jogadores e lançava luz, indiretamente, nas trevas da ditadura militar do país (CASAGRANDE JÚNIOR; RIBEIRO, 2012, p.111). Referência CASAGRANDE JÚNIOR, Walter; RIBEIRO, Gilvan. Casagrande e seus demônios. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013. p. 109.

* vide p. 51-61

5.5 PLÁGIO DIRETO

Cópia literal do texto original, sem referência ao autor e sem indicar que é uma citação (Quadro 5).

Quadro 5 - Exemplo de plágio direto

Texto Original	Plágio Direto
A classe média era a classe dominante em Ituaçu, constituída quase toda pela pequena burguesia, com seus líderes, os donos das casas comerciais, os médicos, o juiz de direito. Apesar de ter apenas oitocentos habitantes, era uma comarca, o que significa que havia lá um fórum, onde aconteciam os julgamentos. Se alguém cometia um crime era julgado por um juiz togado e ia para a cadeia pública. Havia a paróquia, com a igreja do Coração de Jesus, com o padre e a multidão de católicos, maioria na cidade. Lá viviam aqueles que trabalhavam nas casas comerciais, a enfermeira do seu Zeca, a enfermeira do doutor Gouvêa, a ajudante de manipulação do seu Celestino, dono de uma das duas farmácias da cidade. Mas todos tinham trabalho. Se havia alguma miséria, era pouca, o menino mal se lembra dos poucos barracos nos arredores da cidade. Até hoje Ituaçu funciona assim: carnes, comércio, agricultura, derivados da cana-de-açúcar, da mandioca e do leite. Tudo o que se consumia na cidade era produzido ali. De fora, vinham apenas os livros, as revistas, os instrumentos e as ferramentas. Referência GIL, Gilberto; ZAPPA, Regina. Gilberto bem perto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 22-23.	A cidade de Ituaçu, no final da década de quarenta do século passado, ocasião em que o cantor e compositor Gilberto Gil morou lá, era dominada pela classe média, que era constituída quase toda pela pequena burguesia, com seus líderes, os donos das casas comerciais, os médicos, o juiz de direito. Apesar de ter apenas oitocentos habitantes, era uma comarca, o que significa que havia lá um fórum, onde aconteciam os julgamentos. Se alguém cometia um crime era julgado por um juiz togado e ia para a cadeia pública. Havia a paróquia, com a igreja do Coração de Jesus, com o padre e a multidão de católicos, maioria na cidade. Comentário: o texto destacado em negrito constitui-se de uma reprodução literal do texto original, sendo que o redator não se preocupa em demonstrar isso. Ante a ausência de aspas, dá a impressão de que se trata de uma paráfrase, quando na verdade é uma colagem da fonte consultada.
Citação Correta e Referência* A cidade de Ituaçu, no final da década de quarenta do século passado, ocasião em que o cantor e compositor Gilberto Gil morou lá, era dominada pela classe média, que era constituída quase toda pela pequena burguesia, com seus líderes, os donos das casas comerciais, os médicos, o juiz de direito. Apesar de ter apenas oitocentos habitantes, era uma comarca, o que significa que havia lá um fórum, onde aconteciam os julgamentos. Se alguém cometia um crime era julgado por um juiz togado e ia para a cadeia pública. Havia a paróquia, com a igreja do Coração de Jesus, com o padre e a multidão de católicos, maioria na cidade (GIL; ZAPPA, 2013, p. 22-23, grifo nosso). Referência GIL, Gilberto; ZAPPA, Regina. Gilberto bem perto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 22-23. Comentário: Como se vê, o redator usou das próprias palavras para iniciar o seu texto e o completou com um trecho copiado da fonte original. Todavia, utilizou-se corretamente do recuo e do tamanho da fonte para indicar a citação com mais de 3 linhas, inclusive com o nome do autor, o número da página e ainda a identificação da obra consultada. Observação: o negrito utilizado para destacar o trecho comentado cumpre apenas uma função elucidativa. Na verdade, quando este destaque é utilizado em citações diretas, deve-se informar o “grifo nosso”.**	

* vide p. 51-72; **Vide p. 61

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.6 PLÁGIO INDIRETO

É a reprodução, com as próprias palavras do redator plagiário, das ideias de um texto original, sem indicação da fonte. Nessa modalidade de plágio, o redator não copia literalmente o conteúdo do texto original, mas apenas as ideias que são expostas com outras palavras para driblar os detectores de plágio (Quadro 6).

Quadro 6 - Exemplo de plágio indireto

Texto Original	Plágio Indireto (paráfrase)
Carlos Imperial era um gozador, entre muitas habilidades. Em uma espetacular jogada de <i>marketing</i>, o animador de programa de <i>rock</i> no rádio e na televisão – além de compositor e agitador por natureza – anunciou que os Beatles estariam prontos para entrarem em estúdio e gravar <i>Asa Branca</i>, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, no disco de capa branca. A falsa notícia rendeu tremendos dividendos ao sanfoneiro, justamente quando enfrentava o período de baixa na carreira, não mais ocupando as paradas de sucesso como nas duas décadas anteriores. Referência ECHEVERRIA, Regina. Gonzagão & Gonzaguinha. Uma história brasileira. São Paulo: Leya, 2012. p. 145.	Carlos Imperial era muito criativo, além de possuir talento para transitar bem em outros ramos culturais. Através de um bem articulada jogada, o compositor e animador de programa de rock no rádio e na televisão, divulgou que os Beatles iriam estariam prontos para gravar <i>Asa Branca</i>, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. O falso comunicado trouxe dividendos ao nordestino, no exato momento em que enfrentava dificuldades e sem ocupar as paradas de sucesso, o que sempre acontecera nos vinte últimos anos. Comentário: o autor do texto o elaborou com suas próprias palavras, mas as ideias foram reproduzidas de outra fonte, sem que ela tenha sido citada, nem identificada.
Citação Indireta Correta Carlos Imperial, gozador por excelência, através de uma bem articulada jogada de <i>marketing</i> foi quem espalhou a falsa notícia de os Beatles estavam prontos para gravar <i>Asa Branca</i>, o que trouxe muitos dividendos ao sanfoneiro, que estava, a esta altura, em momentos de dificuldades, já que não mais ocupava as paradas de sucesso, como sempre fizera nos últimos vinte anos (ECHEVERRIA, 2012). Referência ECHEVERRIA, Regina. <i>Gonzagão & Gonzaguinha. Uma história brasileira</i>. São Paulo: Leya, 2012. p. 145. Comentário: O texto apresentado traz o estilo do redator, mas ele indica para o leitor a fonte original do argumento e identifica a obra.	

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.7 PLÁGIO CONSENTIDO

Trata-se de apresentação ou assinatura de trabalho confeccionado por outra pessoa, como se fosse de autoria própria, mas com a anuência do verdadeiro autor. É o caso das vendas de trabalhos acadêmicos. Consiste numa falsidade ideológica porque há um conluio entre o verdadeiro autor e o plagiário com o intuito de enganar o leitor.

Esse tipo de plágio, embora seja muito comum nos dias atuais, é um dos mais abominados, face à torpeza que encerra, pois além de inibir a capacidade criativa do falso autor ele ainda impõe ao destinatário um engodo de difícil constatação.

5.8 AUTOPLÁGIO

Quando o autor copia trechos próprios, geralmente já publicados e conhecidos, como se fossem inéditos ou originais. Nessa modalidade, o redator é o próprio autor do conteúdo copiado, mas a forma com que ele é apresentado é que se constitui o plágio; há uma falsidade ideológica em relação ao ineditismo e originalidade da obra (Quadro 7).

Quadro 7 - Exemplo* de autoplágio

Texto Original	Autoplágio
A Antropologia estuda o homem por inteiro. Portanto, leva em consideração as muitas dimensões do ser humano em sociedade, evitando dividir o homem e examina-lo sob aspectos e campos de investigações diferentes. Deve-se levar em consideração os seus costumes, suas crenças, sua língua, o seu ordenamento jurídico etc. Referência ANTUNES, Messias Augusto. A antropologia. Salvador: Farol da Barra, 2009.	A Antropologia estuda o homem por inteiro. Portanto, leva em consideração as muitas dimensões do ser humano em sociedade, evitando dividir o homem e examina-lo sob aspectos e campos de investigações diferentes. Deve-se levar em consideração os seus costumes, suas crenças, sua língua, o seu ordenamento jurídico etc.. Referência: ANTUNES, Messias Augusto. O homem moderno. Salvador: Farol da Barra, 2012.

*autor, editoras e obras são fictícios

No exemplo fictício, embora o autor seja o mesmo, as obras são diferentes. Para evitar o autoplágio o autor deveria ter se referenciado ao conteúdo anterior apresentado no quadro 8.

Quadro 8 - Exemplo texto sem autoplágio

O conceito de antropologia foi apresentado em outros estudos, como o que se segue:

A Antropologia estuda o homem por inteiro. Portanto, leva em consideração as muitas dimensões do ser humano em sociedade, evitando dividir o homem e examina-lo sob aspectos e campos de investigações diferentes. Deve-se levar em consideração os seus costumes, suas crenças, sua língua, o seu ordenamento jurídico etc. (ANTUNES, 2009, p. 30).

Referência no final da obra:

ANTUNES, Messias Augusto. **A antropologia**. Salvador: Farol da Barra, 2009.

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

5.9 PLÁGIO DE FONTES

É a utilização das fontes secundárias consultadas pelo autor originário, como se tivessem sido consultadas em primeira mão pelo redator plagiário. Na verdade, o plagiário não mantém qualquer contato com as fontes citadas, mas passa a ideia de que elas foram manuseadas e consultadas por ele.

A rigor, esse tipo de plágio não se constitui em ofensa a nenhuma norma jurídica, além de ser muito difícil de ser identificado.

Quadro 9 - Exemplo de plágio de fontes

Fonte Original	Plágio de Fontes
Antes do pedralismo, o comunismo em Vitória da Conquista era visto como algo nefasto, asqueroso e monstruoso. Para muitos, principalmente para membros das Igrejas Católicas e das Igrejas Evangélicas, os comunistas se alimentavam de sangue humano e tinham preferencia por carne de crianças, que, às vezes, eram comidas cruas! Referência: MENEZES, Durval Lemos. O pedralismo. Um fenômeno social. Vitória da Conquista: Edição Particular, 2012. P. 29.	“Antes do pedralismo, o comunismo em Vitória da Conquista era visto como algo nefasto, asqueroso e monstruoso. Para muitos, principalmente para membros das Igrejas Católicas e das Igrejas Evangélicas, os comunistas se alimentavam de sangue humano e tinham preferencia por carne de crianças, que, às vezes, eram comidas cruas!” MENEZES, 2012, p. 29 <i>apud</i> SOARES Ronaldo, 2014, p. 39. *a expressão latina <i>apud</i> significa citado por
Comentário O redator do texto localizado à esquerda, não tendo consultado diretamente a fonte original,	

fez incorretamente a citação. Partindo do pressuposto de que ele teria consultado o texto original a partir desse nosso trabalho, deveria proceder a citação na forma exposta no quadro à direita, com a citação da obra consulta nas referencias bibliográficas.

Referencias:

SOARES, Ronaldo. Proteção à autoria e combate ao plágio na FAINOR: referencias didáticos instrucionais. 2014. 91f. Trabalho de Conclusão de Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2014.

Fonte: Adaptado de Krokosz (2012).

6 COMO E PORQUE ACONTECE O PLÁGIO ACADÊMICO

Ainda na esteira do ensinamento de Krokosz (2012), são várias as causas ensejadoras da ocorrência de plágio. Na sequência, cuidaremos de enumerar apenas algumas tidas como as mais frequentes pelos autores.

6.1 DESCONHECIMENTO DAS REGRAS TÉCNICAS

O desconhecimento das regras técnicas da escrita é, sem dúvida, uma das causas mais recorrentes da ocorrência de plágio. Como se frisou anteriormente, nesse caso não há voluntariedade em se plagiar, mas o desconhecimento das regras de como se devem redigir as citações e referências faz com que ocorra a modalidade de plágio acidental (vide p. 31).

Muitas das vezes, as citações e referências são feitas em desconformidade com os padrões exigidos pela ABNT (vide p. 51-72), culminando com o plágio involuntário, mas que não deixa de macular o trabalho confeccionado.

6.2 FACILIDADES DISPONIBILIZADAS PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Outro fator que contribui sobremaneira para a ocorrência de plágio é a facilidade em se copiar trabalhos da *internet*. Os estudantes são estimulados, pela praticidade, a produzirem trabalhos a partir da cópia de conteúdos na rede mundial de computadores, que disponibiliza sites especializados e facilitadores em trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, o site² “Zé Moleza”.

Vejamos o que diz a respeito o autor da proposição junto à OAB:

Com a facilidade de copiar e colar textos pelo computador, muitos alunos formatam seus trabalhos e monografias, apropriando-se de obras de outros autores, sem os créditos devidos, cometendo graves ilícitos e, por fim, intitulando-se, falsamente, criador de obras criadas pelo espírito de terceiros [...] alguns alunos estudantes chegam ao absurdo de comprar monografias de terceiros para colocar seu nome na autoria (BACELAR, 2010).

² www.moleza.com.br

A situação é tão aberrante que alguns *sites* chegam até a oferecer abertamente esse tipo de serviço. Por certo, a possibilidade de compra de trabalhos é o caso mais repugnante de plágio.

6.3 FALTA DE TEMPO

Hoje, a grande maioria dos estudantes, além de frequentar os bancos acadêmicos, também necessitam trabalhar para fazer frente ao próprio sustento e até mesmo de familiares. A falta de tempo para executar os afazeres acadêmicos, a exemplo de atividades de pesquisas, estudos, avaliações etc., que disputam espaço de tempo com as atividades profissionais, familiares, pessoais e sociais, acabam por estimular a cópia indevida de conteúdos na internet.

Outro fator que contribui sobremaneira para o acúmulo de atividades é o número excessivo de disciplinas a serem cursadas de uma só vez.

Aliado a isso, a cultura do estudante de graduação é preocupar-se muito mais com o resultado da avaliação, ou seja, o aprendizado fica em segundo plano, pois o mais importante é a nota alcançada.

6.4 DIFICULDADE NA ESCRITA

A dificuldade de escrever que, em nossa opinião, está diretamente ligada ao desinteresse pela leitura, cujo estímulo não é provocado nos ensinos fundamental e médio, o que faz com que os alunos cheguem à universidade sem uma base cultural suficiente para acompanhar satisfatoriamente os trabalhos acadêmicos, o que traz como consequência a estagnação do senso crítico do estudante, fazendo-o enfrentar serias dificuldades com a escrita.

Assim, e diante da facilidade de se copiar os conteúdos, os trabalhos são executados sem que se promova uma leitura, e muito menos uma reflexão mais acurada, sobre os temas propostos a exame.

7 O QUE NÃO É CONSIDERADO PLÁGIO

Segundo Krokosz (2012), nem toda citação e referência, porém, pode ser considerada como plágio. Muito pelo contrário, elas têm o condão de enriquecer o trabalho acadêmico. Toda pesquisa deve conter citações e referências, desde que não prejudique a exploração normal da obra e nem cause prejuízos ao autor. O ato de citar corretamente, de acordo com as normas convencionadas, não enseja o plágio.

A lei não proíbe meras transcrições ou citações alheias, uma vez que não afetam economicamente o autor e fazem com que sua obra seja difundida e valorizada, desde que haja, obviamente, indicação da origem e do nome do autor, devendo ter, ainda, a obra que as inclui, caráter científico, didático ou artístico (DINIZ, 2007, p. 339).

Há várias maneiras de se promover citações ou referências, sem que caracterize a apropriação ou imitação ilícita de texto alheio. A seguir pontuaremos algumas.

7.1 CONHECIMENTO COMUM

Os conteúdos históricos e fatos que são de conhecimento comum ou amplamente conhecidos do público, em geral, dispensam citações e referências e podem ser utilizados livremente pelo redator (Quadro 9).

Quadro 10 - Exemplo de texto de conhecimento comum

A cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos de 2016

7.2 PARÁFRASE

Consiste na transcrição, com outras palavras, das ideias centrais de um texto ou de fragmentos dele, com o objetivo de destacá-las ou opinar sobre elas.

A paráfrase imita o original, repetindo o conteúdo com outras palavras. Consiste em uma citação indireta (Quadro 10).

Quadro 11 - Exemplo de paráfrase

Texto Original	Paráfrase
“A cidade de Conquista, resumia-se a um conjunto de casas, em volta da igreja Matriz e da Rua Grande, indo até a Rua da Várzea, Rua da Moranga, parte da Rua da Boiada, Rua da Misericórdia e Praça da Piedade. Era uma cidade aconchegante apesar do frio intenso e da garoa constante.” (ROCHA, 2003, p. 19).	A cidade de Conquista, no início do século passado, era apenas um conjunto de casas, em volta da igreja Matriz e da Rua Grande. Sua extensão não passava da Rua da Várzea, da Moranga e parte da Rua da Boiada, da Misericórdia e Praça da Piedade. Era muito fria e de garoa constante, mas muito aconchegante (ROCHA, 2003).
Referências	
ROCHA, Francisco Paulo Ribeiro. Um século de medicina em conquista . Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2003.	

7.3 PARÓDIA

É a reprodução irreverente de uma obra. É a recriação ou adaptação dela, a uma conotação satírica ou cômica da obra. São livres e não podem submeter o texto original ao descrédito. De um modo geral, o texto reproduzido é contestador, irônico e sarcástico (Quadro 11).

Quadro 12 - Exemplo de paródia

Texto Original	Paródia
Canção do Exílio Gonçalves Dias Minha terra tem palmeiras Onde canta o Sabiá As aves que aqui gorjeiam Não gorjeiam como lá Nosso céu tem mais estrelas Nossas várzeas têm mais flores Nossos bosques tem mais vida Nossa vida mais amores Em cismar, sozinho, à noite Mais prazer eu encontro lá Minha terra tem palmeiras onde canta o Sabiá Minha terra tem primores Que tais não encontro eu cá Em cismar, sozinho, à noite Mais prazer eu encontro lá Minha terra tem palmeiras Onde canta o Sabiá Não permita Deus que eu morra Sem que eu volte para lá Sem que disfrute os primores Que não encontro por cá Sem qu'inda aviste as palmeiras Onde canta o Sábica.	Canto de Regresso à Pátria Oswald de Andrade Minha terra tem palmares Onde gorjeia o mar Os passarinhos daqui não cantam como os de lá Minha terra tem mais rosas E quase que mais amores Minha terra tem mais ouro Minha terra tem mais terra Ouro, terra, amor e rosas Eu quero tudo de lá Não permita Deus que eu morra Sem que eu volte para lá Não permita Deus que eu morra Sem que eu volte pra São Paulo Sem que eu veja a rua 15 E o progresso de São Paulo.

7.4 REPRODUÇÃO DE PEQUENOS TRECHOS

A reprodução de pequenos trechos, desde que não prejudique a normal exploração da obra, não constitui plágio. A própria LDA a admite, quando ela não se constitui do objetivo principal da obra nova.

A citação é permitida somente para fins de estudo ou crítica; a reprodução de pequeno trecho é livre, sem que haja nenhuma objeção, exceto as expostas acima (Quadro 12).

Quadro 13 - Exemplo de reprodução de pequenos trechos

“Às vezes me considero uma pessoa um tanto quanto surreal, pois com tantos problemas à nossa volta, consigo ver, em coisas simples, tanta beleza capaz de dar sentido à vida e nos fazer felizes” (CAIRES, 2008, p. 41).

Referência

CAIRES, Walmária. **Flor de outono**: lembranças de Maria Helena. São Paulo. Inteligentes, 2008.

7.5 REPRODUÇÕES NA IMPRENSA

A publicação, na imprensa, de pronunciamentos e discursos proferidos em reuniões públicas, desde que mencionados os seus autores, não ofendem aos direitos autorais e, portanto, não constitui plágio.

Tomemos como exemplo o discurso do Presidente João Goulart (Jango), proferido em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro. Conhecido como o Comício das Reformas de Base, o encontro reuniu mais de 150 mil pessoas, e nele Jango comprometeu-se a promover uma série de mudanças estruturais no país (Quadro 13).

Quadro 14 - Exemplo de reprodução na imprensa

“[...] Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instruções nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar de sol a sol para a grandeza do país [...]”.

Há outros casos em que a citação ou referência não se considera plágio (vide artigos 46, 47 e 48, da LDA, transcritos nos anexos, p. 88-89).

8 TEXTOS LEGAIS ACERCA DOS DIREITOS AUTORAIS E DO PLÁGIO

A legislação brasileira cuida da matéria relativa aos direitos autorais e ao plágio em múltiplos diplomas, desde a Constituição Federal até a legislação ordinária. Vejamos o tratamento dado ao tema pela legislação pátria.

8.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição brasileira, em seu 5º artigo, alínea XXVII, estampa claramente a intenção do legislador constitucional de proteger o criador de obras advindas do espírito, inclusive quanto às consequências econômicas. “Art. 5º, [...] XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar [...]”.

É claro que o direito autoral deve ser entendido em consonância com o direito assegurado aos cidadãos, pela mesma Constituição, em seu art. 215, de acesso à cultura e bem assim à sua difusão, eis que também se constitui em dever do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e de acesso às fontes de cultura.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

E todo o Direito Autoral, no dizer de Ascensão (2007, p. 28), é necessariamente Direito de Cultura.

Destarte, a Lei Maior protege o criador, concedendo a ele o direito de fiscalização, o resultado econômico da sua obra, mas, paralelamente, assegura o acesso às informações nela contida.

8.2 O CÓDIGO CIVIL

O Código Civil de 2002, por sua vez, assegura ao proprietário todos os poderes sobre o objeto de sua criação. Sim, porque a criação intelectual, embora isso não seja pacífico na doutrina, é um bem imaterial, de caráter patrimonial. “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

Ou como preconiza a doutrina especializada:

A obra reconhecida juridicamente como autoral confere a seu titular verdadeiro monopólio de uso, um direito real oponível *erga omnes*, um escudo contra qualquer tentativa de apropriação indevida desse direito por terceiro (ABRÃO, 1995, p. 39).

Nesse sentido, o legislador civil cuida da proteção da propriedade autoral, na medida em que disciplina e assegura os direitos dos autores em relação às reproduções e utilizações da obra.

8.3 O CÓDIGO PENAL

A legislação penal dá um tratamento protetivo aos direitos autorais, na medida em que considera crime a sua violação, inclusive a contrafação. “Artigo 184 – Violar direitos de autor e os que lhes são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa [...]”.

Há de se considerar ainda que em alguns casos, como na compra de trabalhos acadêmicos, pode-se caracterizar a falsidade ideológica, capitulada no artigo 299, do Código Penal.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de 1 (um) a 5(cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

Portanto, a conduta daquele que pratica o plágio poderá ser enquadrada em um desses dispositivos penais, o que empresta relevância à conscientização contra a sua prática.

8.4 A LEI N. 9610/98 - LDA

Os direitos autorais no Brasil são regidos pela Lei n. 9.610/98, que define quais são as obras que ela protege e traz à lume alguns conceitos. A Lei n. 12.853/13 introduziu algumas modificações na LDA.

Esta lei busca proteger as criações do espírito, expressas por qualquer meio. As obras protegidas são aquelas enumeradas no artigo 7º da Lei:

Art. 7º. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constitua uma criação intelectual.

Consoante se vê, a legislação brasileira não trata expressamente do plágio, mas a sua conduta por ser enquadrada, como vimos, em um dos dispositivos penais citado e também ensejar, na esfera cível, a competente indenização por eventuais danos assacados contra os direitos do autor.

9 SUGESTÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO ACADÊMICO NO ÂMBITO DA FAINOR

Na sequência, apresentaremos, inspirados mais uma vez em Krokosz (2012), algumas sugestões que têm por objetivo contribuir para a redução da prática do plágio acadêmico no âmbito da FAINOR.

9.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A FAINOR deve adotar, como prioridade, políticas gestacionais que visem a minoração da incidência do plágio na produção do conhecimento na instituição.

Cumprе, portanto, declarar guerra ao plágio, porque ele impede o avanço da ciência, na medida em que a copia não desenvolve nenhum potencial de criatividade.

Além disso, a adoção de políticas institucionais, inclusive com aplicação de sanções, por certo, contribuirá para o aumento da credibilidade da instituição junto ao público interno e externo.

9.1.1 Conscientização

Deve-se combater e prevenir o plágio desde o início dos cursos. Assim, é importante incentivar e premiar a utilização de outras fontes de informação para além da internet; a promoção de seminários, palestras, simpósios, encontros, workshops, colóquios e outras atividades congêneres; divulgação de campanhas em periódicos e publicações diversas, nas salas de aulas e no *site* da instituição sobre as desvantagens e implicações ético-legais do plágio na produção de trabalhos acadêmicos.

9.1.2 Formas de solicitar trabalhos acadêmicos

Outra ferramenta que pode ajudar os professores é a solicitação de apresentações orais dos trabalhos desenvolvidos, isto é, através de seminários, painéis, peças, exposições, exhibições etc., que contribuirão sobremaneira para o combate ao plágio, sem se falar que tais práticas cuidarão também de vencer eventual timidez e embaraços que possam manietar a criatividade dos alunos.

A apresentação de trabalhos em forma escalonada: introdução, revisão, capítulos, temas diferenciados para cada aluno ou grupos também se constitui em um mecanismo eficaz para o enfrentamento do plágio.

Nos TCCs, a instituição de bancas de defesa é fundamental para coibir a comercialização de trabalhos de monografias, uma vez que os alunos terão dificuldades em promover a defesa oral de um conteúdo que não escreveu, o que, por certo, reduzirá a procura por elaborados por terceiros.

9.1.3 Regras institucionais

A disciplina interna de apresentação de trabalhos, em obediência às já existentes e a elaboração de outras que a completem devem se constituir em regras que deverão ser atendidas e cumpridas por todo o quadro que compõe a instituição. Um manual de procedimentos, que deve orientar a confecção de trabalhos deve entregue ao discente, docente e pesquisadores, quando do seu ingresso na instituição.

9.1.4 Sanções

Algumas instituições de ensino adotam medidas de penalização como atribuição de nota zero, refazimento dos trabalhos, expulsão da instituição e até mesmo cassação do título.

As editoras e os periódicos, ao detectarem a presença de plágio cancelam a publicação imediatamente.

Claro que, para a aplicação de sanções, é necessário que haja previsão legal, ou seja, não se pode imputar ao estudante ou examinado uma conduta desonrosa ou criminosa sem que a matéria seja previamente normatizada.

Vejamos, como exemplo, o que dispõe a normatização do Centro Universitário do Brasil (UNIBRASIL), quanto aos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs), para o curso de Direito, na cidade de Curitiba (UNIBRASIL, 2012, p.5-6, grifo nosso):

Art. 29. **Se houver verificação de plágio quando da verificação do TCC** pelo Orientador de Conteúdo ou o mesmo não estiver apto a ser deferido por questões de mérito do trabalho ou preparo intelectual do orientando, o professor Orientador de conteúdo reprovará o aluno na disciplina de Orientação de Monografia II, podendo ser revogado o aval prévio, caso já tenha ocorrido o depósito do TCC.

§ 1º. A reprovação do aluno pelo Orientador de Conteúdo pode ocorrer em qualquer tempo até o momento da defesa da monografia em banca; porém, se instalada a banca, esta terá juízo soberano sobre a aprovação ou não do candidato;

§ 2º. O disposto no caput aplica-se também ao Orientador de Metodologia, **que pode reprovar o aluno a qualquer tempo antes do momento da banca de defesa do TCC, no caso de presença de plágio.**

§ 3º. **Considera-se plágio**, para fins de reprovação do aluno de Direito das Faculdades Integradas do Brasil, quando o trabalho incorrer nos seguintes vícios:

I – quando, **intencionalmente ou não**, são usadas palavras ou ideias de outro autor, **sem o devido crédito, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação**, contínuos ou não, no todo do TCC.

II – quando dá crédito ao autor, porém, intencionalmente ou não, utiliza-se palavras exatamente iguais as dele, sem indicar a transcrição com o uso de aspas ou recuo de texto, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação, contínuos ou não, no todo TCC.

III – **não será considerado crédito ao autor a mera denotação da sua referencia ao final do TCC**, no capítulo destinado às referências bibliográficas, **sendo necessária também a sua menção expressa quando da reprodução de suas ideias ou frases no trecho da monografia, em rodapé;**

IV – no caso da presença de plágio, na forma dos incisos I ou II, em trechos correspondentes a menos de 15 (quinze) linhas, contínuos ou não, caberá apenas advertência ao aluno, sendo permitida a sua aprovação no tocante a este critério, ainda que sendo possibilitada a redução da nota.

§ 4º. O **plágio é ilícito administrativo, de caráter civil**, que deve ser caracterizado em caráter objetivo, sendo irrelevante a verificação da boa-fé do aluno autor.

[...]

§ 6º. Da reprovação na disciplina de Orientação de Monografia I e II cabe recurso direto ao Colegiado de Curso.

Evidentemente, o exemplo acima cuida apenas de uma ilustração, eis que outras medidas sancionatórias poderão ser adotadas, a critério e em obediência às políticas institucionais da instituição.

9.1.5 Uso de *softwares* de busca de similaridade

O uso das ferramentas de detecção ao plágio (vide p. 47-50) é um poderoso mecanismo de combate ao plágio e tem sido um dos meios mais utilizados por professores e instituições de ensino.

A sua implantação, como uma exigência da Instituição não se constitui de nenhum ilícito penal ou civil.

Nesse passo, a procuradoria da USP, ao receber o expediente da OAB, recomendando a utilização de mecanismos de detecção de plágio, exarou parecer, através do seu Procurador Regis Lattouf, asseverando que sob o aspecto jurídico, nada obsta que se utilize softwares de

busca de similaridade na internet e em bancos de dados, a fim de se verificar originalidade dos trabalhos acadêmicos (OAB, 2013).

10 FERRAMENTAS DE DETECÇÃO DO PLÁGIO

Há grande número de softwares que localizam cópias integrais ou parciais na internet. Existem programas gratuitos que rastreiam na net trechos da obra original. Existe, ainda, um programa chamado *Copyscape*, que procura por cópias de páginas da *Web* como *blogs* e *sites* e programas que ajudam a identificar semelhanças entre textos e materiais disponíveis na internet

As melhores universidades do mundo adotam várias medidas para combater o plágio. Algumas contêm em sua *home page* informações e orientações relacionadas ao plágio, mas a grande maioria utiliza-se de softwares como os apresentados a seguir.

10.1 OS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE COMPUTADORES DE DETECÇÃO DO PLÁGIO

A seguir, enumeraremos alguns programas de detecção de plágio, cujo rol está longe de ser taxativo. Trata-se, como é lógico, de um rol exemplificativo, eis que existem outros tantos programas, além da possibilidade de surgimento de outros mais.

10.1.1 *AntiPlagiarist ACNP Software*

Este programa compara documentos e emite relatório contendo os trechos suspeitos de terem sido copiados, com os números de caracteres idênticos.

Site: <http://www.anticutandpaste.com/download>

Tipo de licença: *Software* livre

10.1.2 *CheckForPlagiarism.net*

Este programa ajuda a procurar por plágio em qualquer tipo de documento, com verificação em base de dados, publicações em livros, artigos, jornais, periódicos etc.

Site: <http://www.checkforplagiarism.net>

Tipo de Licença: Proprietário - Academic Paradigms, LLC - *Copyright*

10.1.3 *Ephorus*

Este programa oferece serviços que permitem ao usuário submeter os trabalhos digitalmente ao destinatário (professor, por exemplo) e, ao mesmo tempo, de forma invisível, para ao *Ephorus*. Verificado o plágio, o *Ephorus* envia imediatamente um *email* ao usuário, dando conta das semelhanças encontradas.

Site: <http://www.ephorus.pt>

Tipo de licença: Proprietário: *Ephorus* B.V.

10.1.4 *etBlast*

Este programa identifica as duplicações de palavras-chave e compara outras variáveis. A ferramenta também permite aos pesquisadores verificar se o tema pesquisado foi objeto de publicações anteriores.

Site: <http://etest.vbi.vt.edu/etblast3/>

Tipo de licença: *Software* livre

10.1.5 Farejador de plágios 10.1

Este software foi criado pelo professor brasileiro, Maximiliano Zambonato Pezzin. O programa busca dados e informações em diversos sites e faz análise em textos que são submetidos eletronicamente (*upload*). A versão gratuita analisa apenas 50% do arquivo com tamanho até 300 kb, enquanto a completa é disponibilizada apenas para assinantes.

Site: <http://www.farejadordeplagio.com.br>

Tipo de licença: *Software* livre (sem registro)

Proprietário: Maximiliano Zambonato Pezzin (com registro)

10.1.6 *Plagisrim advice*

Este programa identifica plágios através de bancos de dados.

Site: <http://www.plagiarismadvice.org>

Tipo de licença: *Freeware*

10.1.7 Plagiarism Detect

Um sistema de detecção de plágio que verifica número ilimitado de páginas com precisão e rapidamente e envia o resultado por *email*.

Site: <http://www.plagiarismdetect.com/>

Tipo de licença: Freeware (limitado)

Proprietário: *PlagiarismDetect*

10.1.8 Plagiarisma Online

Um detector de plágio que pode ser utilizado *online*, sem precisar ser instalado no computador. Pode ser manejado em vários idiomas, inclusive o português. O resultado engloba textos parecidos com o analisado.

Site: <http://plagiarisma.net>

Tipo de licença: *Software* livre

10.1.9 Plagium – Online

Site que rastreia fragmentos inseridos em uma caixa de textos. O resultado é imediato.

Site: <http://www.plagium.com>

Tipo de licença: *Software* livre

10.1.10 Plagius – Detector de Plágio Personal 2.0

Este software foi criado por Gustavo A. Henning, em seu trabalho de conclusão de curso em ciência da computação.

Site: <http://www.plagius.com/s/br/Versoes.aspx>

Tipo de licença: *Freeware*

10.1.11 Safe Assign

Este serviço de detecção de plágio que pode ser utilizado por instituições de ensino que possuem licença de uso do *Blackboard* (plataforma virtual de aprendizagem).

Site: <http://safeassign.com/>

Tipo de licença: *SafeAssign*

10.1.12 Turnitin

Um site americano com serviços voltados para a identificação e prevenção do plágio.

Site: <http://www.turnitin.com>

Tipo de licença: Proprietário: Turnitin

10.1.13 Viper

É um utilitário que ajuda a detectar plágio em documentos armazenados no computador, rede ou internet.

Site: <http://www.scanmyessay.com>

Tipo de licença: *Software* livre

11 CITAÇÕES E REFERÊNCIAS: O PADRÃO ABNT

O conhecimento das regras metodológicas faz-se imprescindível para o autor de trabalhos acadêmicos. Se não conhecer profundamente a normalização, pelo menos as regras de citações e referências.

ABNT é a abreviatura de Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, responsável pela normalização técnica no Brasil. Conforme se vê do seu próprio *site* (ABNT, 2013) “é a atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto”.

Na lição de Oliveira (2013, p. 69):

A normalização realizada pela ABNT se espalha por todas as áreas que você pode imaginar: turismo, saúde, construção civil, aeronáutica, agropecuária e muitas outras. A necessidade de se normalizar os serviços e as atividades produtivas é clara: padronizar as atividades. A necessidade de padronização existe em todo o mundo, o que se reflete no famoso ISSO, como é conhecida a *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para a Padronização), representada no Brasil pela ABNT.

Assim, o estabelecimento de um padrão visa, antes de tudo, melhorar os serviços e as atividades, com a chancela daquelas organizações.

11.1 CITAÇÕES

Citações são transcrições de informações já publicadas em outros trabalhos. É a menção, no corpo do texto, de uma informação extraída de outra fonte (ABNT, 2002).

11.1.1 Regras gerais de apresentação

Segundo a ABNT, NBR 10520 de agosto de 2002, as citações devem ser indicadas por um sistema numérico ou autor-data. Contudo, o sistema escolhido deve constar de todo o trabalho.

11.1.1.1 Sistema numérico

No sistema numérico a indicação da fonte citada é feita por uma numeração em

algarismos arábicos, com a lista de referências ao final do trabalho ou do capítulo, obedecendo-se a mesma ordem de citação no texto.

O número correspondente deve vir entre parênteses ou um pouco acima da linha do texto, em ambos os casos após o ponto.

Exemplo:

Diz Patativa do Assaré: “[...] Pra toda parte que eu óio, vejo um verso se bulí [...]”. (1)

Ou:

Diz Patativa do Assaré: “[...] Pra toda parte que eu óio, vejo um verso se bulí [...]”.¹

11.1.1.2 Sistema autor-data

Por esse sistema, faz-se a indicação pelo último sobrenome do autor, seguida da data da publicação, podendo essas informações estar inseridas no próprio texto ou entre parênteses, devendo o ponto final vir após o fechamento.

As citações pelo sobrenome do autor devem ser em letras maiúsculas e minúsculas, quando integrantes do texto e em letras maiúsculas, quando estiverem entre parênteses.

Exemplo:

Segundo Veloso (1997) não há como não adotar os Estados Unidos como paradigma.

Ou:

“O paralelo com os Estados Unidos é inevitável” (VELOSO, 1997, p.14).

11.1.1.3 Citações diretas

Ocorre quando o texto é reproduzido exatamente como consta no original. É a reprodução fiel dos trechos da obra consultada.

Quando o texto do autor citado integra o texto que está sendo produzido, seu sobrenome é grafado, entre parênteses, com a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas, seguido da data de publicação e a página da qual foi extraído.

Quando o texto citado integra o texto, o sobrenome do autor deve ser grafado em letras maiúsculas, também entre parênteses, e seguido da data de publicação e a página de onde foi retirado.

Importa considerar o tamanho do texto a ser transcrito.

Nas citações chamadas curtas, com até três linhas, inclui-se a transcrição, entre aspas duplas, no próprio texto.

Também aqui, devem ser informadas a data, as páginas, volumes, seções etc.

Exemplo:

“Junto formamos esse assombro de misérias e grandezas, Brasil nome de vegetal” (ANDRADE, 1980, p. 19).

Ou:

Para Andrade (2010, p. 10) “Junto formamos esse assombro de misérias e grandezas, Brasil nome de vegetal”.

Ou, ainda:

No entender de Andrade,¹ “junto formamos esse assombro de misérias e grandezas, Brasil nome de vegetal”.

No rodapé da página:

¹ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 19.

Na lista de referências:

ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Já as citações longas, com mais de três linhas, devem ser transcritas em blocos separados do texto, com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda, justificado, e com o mesmo tipo de fonte do texto, com tamanho 10, espaçamento simples e sem aspas. Devem ainda ser antecidos e precedidos de espaço 1,5 entrelinhas.

Exemplo:

As mariposa quando chega o frio, ficam dando vorta em vorta da lâmpida para se isquentá. Elas roda, roda, roda, depois se deita, em cima do prato da lâmpida prá discansá. Eu sou a lâmpida e as muié é as mariposa, que fica dando vorta em vortade mim, todas as noite só prá mim beijá [...] (BARBOSA, 1994, s.p.).

Ou:

Segundo Barbosa (1994, s.p.):

As mariposa quando chega o frio, ficam dando vorta em vorta da lâmpida para se

isquentá. Elas roda, roda, roda, depois se deita, em cima do prato da lâmpada prá discansá. Eu sou a lâmpada e as muié é as mariposa, que fica dando vorta em vortade mim, todas as noite só prá mim beijá [...]

Ou, ainda:

Consoante afirma Barbosa¹

As mariposa quando chega o frio, ficam dando vorta em vorta da lâmpada para se isquentá. Elas roda, roda, roda, depois se deita, em cima do prato da lâmpada prá discansá. Eu sou a lâmpada e as muié é as mariposa, que fica dando vorta em vortade mim, todas as noite só prá mim beijá [...]

No rodapé da página:

¹ BARBOSA, Adoniran. **As mariposa**. Intérprete: Demônios da Garoa. Trem das Onze. Chantecler. Faixa 7, 1994.

Na lista de referências:

BARBOSA, Adoniran. **As mariposa**. Intérprete: Demônios da Garoa. Trem das Onze. Chantecler. Faixa 7, 1994.

Nas citações diretas, os marcadores de texto, a exemplo de hífen, alfabetação, bolinhos e outros símbolos gráficos devem ser mantidos.

Exemplos:

-
-

A expressão *sic* significa: assim mesmo, ou seja, estava grafado assim no original.

Exemplo:

[...] u'a vontade é a qui me dá
tali cuma u'a tentação
dum dia arresolvê
infiá os pé pelas mão
pocá arrôcho pocá cia
jogá a carga no chão [...] (sic) (MELLO, 1983).

11.1.1.4 Citações indiretas

Nas citações indiretas, utilizam-se as ideias do texto transcrito, escritas com outras palavras, sempre indicando a fonte da qual foram extraídas.

Exemplo:

Em 1847, os arcos da Lapa e os morros do Pão de Açúcar e do Corcovado já estavam a postos para garantir ao Rio de Janeiro a fama de ‘Cidade Maravilhosa’ (MUGNAINI JR., 2005, p. 19).

Ou:

Segundo Mugnaini Jr. (2005), em 1847, os arcos da Lapa e os morros do Pão de Açúcar e do Corcovado já estavam a postos para garantir ao Rio de Janeiro a fama de ‘Cidade Maravilhosa’.

11.1.1.5 Citação de obras com um autor

Citações indiretas de obra com um autor:

Exemplo:

O pai sempre diminui distancias, por isso o menino elimina o talvez (PÓLVORA, 2008).

Ou:

Segundo Pólvora (2008) o pai sempre diminui distancias, por isso o menino elimina o talvez.

11.1.1.6 Citação de obras com dois autores

Citações indiretas de obra com dois autores:

Exemplo:

De fato, toda a atuação do homem invade ou, ao menos, tangencia, o campo da responsabilidade (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2006).

Ou:

De acordo com Gagliano e Pamplona Filho (2001), toda a ação do homem invade, ou pelo menos, tangencia, o campo da responsabilidade.

Quando houver coincidência de sobrenomes de autores, devem-se acrescentar as iniciais de seus prenomes.

Exemplo:

(SOARES, A, 2011)

(SOARES, R, 2011)

Persistindo a coincidência, escrevem-se os prenomes por extenso.

Exemplo:

(SOARES, Adilson, 2011)

(SOARES, Adão, 2011)

11.1.1.7 Citação de obras com três autores

Nas citações indiretas de textos de três autores, transcritos simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula ou vírgula, em ordem alfabética, com a inclusão da data da obra citada.

Exemplo:

A elaboração de um projeto de pesquisa é um exercício obrigatório, pois se trata da criação de um instrumento de trabalho que abre horizontes e perspectivas acadêmicas (SOUZA FILHO; DUARTE; REIS, 2013).

Ou:

Afirmam Souza Filho, Duarte e Reis (2013) que a elaboração de um projeto de

pesquisa é um exercício obrigatório, pois se trata da criação de um instrumento de trabalho que abre horizontes e perspectivas acadêmicas.

11.1.1.8 Citação de obras com mais de três autores

Nas citações de textos produzidos por quatro ou mais autores, indica-se apenas o sobrenome do primeiro seguido da expressão e outros, algumas revistas optam pelo significado em latim “*et al.*”. Mas a ABNT não aceita expressões latinas dentro do texto, exceto o *apud*.

Exemplo:

No Brasil as principais causas de doenças parasitárias são a pobreza, a fome e a deterioração do quadro de vida das populações (PERES e outros, 2009).

Ou:

Peres e outros (2009) asseveram que as principais causas de doenças parasitárias no Brasil são a pobreza, a fome e a deterioração do quadro de vida das populações.

11.1.1.9 Citação de diversas obras do mesmo autor

A citação de diversos textos ou obras do mesmo autor, mas publicados em datas diversas, mencionados simultaneamente, são separados por ponto-e-vírgula e vírgula, a depender do caso. As suas datas devem ser separadas por vírgula.

Exemplo:

Boff tem defendido (1974, 1980, 1997, 2006, 2012) que experimentar Deus não é apenas pensar sobre Ele, mas sentir Deus com a totalidade do nosso ser.

Se a obra for de três autores:

(BRAGA; SEIXAS; PEREIRA, 1990, 2003, 2007, 2009).

Ou:

Braga, Seixas e Pereira (1990, 2003, 2007, 2009).

A ordem alfabética observada no texto deve ser seguida na lista de referências.

11.1.1.10 Citação de diversas obras do mesmo autor e ano

As citações de diversos textos ou obras de um mesmo autor, publicados no mesmo ano, são distinguidas por uma letra minúscula, em ordem alfabética, posta após a data e sem espaçamento.

Exemplo:

“cada vez mais a ideia de família se afasta da estrutura do casamento” (DIAS, M., 2009a, 2009b).

Ou:

De acordo com Dias, M. (2009a, 2008b) a ideia de família afasta-se cada vez mais da estrutura do casamento.

A ordem alfabética do texto deve ser seguida na lista de referências.

11.1.1.11 Citação de entidades coletivas conhecidas por siglas

Quando houver referência a entidades coletivas, conhecidas por siglas, deve-se citar, na primeira vez, o nome completo por extenso da entidade, seguido de hífen e da sigla e, daí em diante, utiliza-se apenas a sigla.

Exemplo:

Primeira citação:

[...] Cabe ressaltar que Anistia, no seu entendimento literal e de inúmeros estudiosos do Direito, constitui-se, antes de tudo, em ato de perdão, de desculpa, de clemência, de indulgência, coletivo ou geral, cujo poder retroage ao momento exato [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, 2013).

Ou:

Segundo a Associação Brasileira de Imprensa – ABI (2013), anistia, no seu entendimento literal e de inúmeros estudiosos do Direito, constitui-se, antes de tudo, em ato de perdão, de desculpa, de clemência, de indulgência, coletivo ou geral, cujo poder retroage ao momento exato.

Da segunda citação em diante:

[...] Cabe ressaltar que Anistia, no seu entendimento literal e de inúmeros estudiosos do Direito [...] (ABI, 2013).

Ou:

Conforme a ABI (2013), a anistia, no entendimento literal e de inúmeros estudiosos do Direito [...].

Na lista de referencias:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). **ABI apela a Dilma em favor dos anistiados da lei nº 8878/94**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/abi-apela-a-dilma-em-favor-dos-anistiados-da-lei-no-8-87894/>>. Acesso em: 06 set. 2013.

Na lista de siglas:

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

11.1.1.12 Citação de informações verbais

Quando se tratar de citações de dados e informações obtidas oralmente, através de palestras, debates, comunicações, deve-se indicar entre parênteses, a expressão *informação verbal*, com a menção dos dados disponíveis em notas de rodapé (não incluir nas referências).

Exemplo:

No texto:

A nova revista para estudantes de engenharia mecatrônica estará nas bancas no início do mês de setembro (informação verbal).¹

No rodapé da página:

¹ Notícia veiculada no Congresso Internacional de Distribuidores de Revistas Científicas, realizado em São Paulo, em agosto de 2013.

11.1.1.13 Citação de informações extraídas da internet

Quando se tratar de informações retiradas de sites da *internet*, é aconselhável registrar no texto o nome do autor do *site* (se houver) ou o título, como acontece nas citações de obras publicadas e citar também nas referências.

Exemplo:

Aproveitando sua estada na Paraíba, a Cônsul dos Estados Unidos em Recife, Usha E. Pitts, acompanhada por membros de sua equipe, esteve em visita de cortesia a UFPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, 2013).

Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Consul dos Estados Unidos visita UFPB e divulga concurso inovar**. João Pessoa: UFPB, 2013. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/>>. Acesso em: 05 set. 2013.

11.1.1.14 Citação de citações

Ocorre quando não se tem acesso ao documento original e a referência é feita através de outro texto. Esse tipo de citação deve ser evitada, sempre que possível. Utiliza-se o sobrenome do autor da obra original, seguida da expressão *apud*, que significa citado por, e o sobrenome do autor citado.

Exemplo:

No texto:

“Não se pode entender que as escolas de samba fossem fenômenos puros, mas se criou em torno delas um aparato que defende essa pureza, condenando toda modificação introduzida no samba” (VIANNA, 2008, p. 122/123 *apud* NARLOCH, 2011, p. 160).

No caso, a ideia de Vianna (2008, p.122/123) foi citada por Narloch (2011, p. 160). Na referência bibliográfica deve-se citar a obra de Vianna.

Exemplo:

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

11.1.1.15 Adição de interpolações, comentários, supressões e grifos

Quando o autor achar por bem, poderá suprimir parte da expressão citada, sendo essa supressão indicada por reticências entre colchetes [...].

A utilização das reticências deve ser feita exatamente no lugar onde deveria constar o trecho suprimido. No caso acima, como elas foram utilizadas no final da expressão, significa que a frase original não termina ali.

Exemplo:

“Desde então passei a entender esse homem de coração bom. Um homem a se escusar das palavras. Como se elas fossem inúteis, dispensáveis. [...]” (SOARES, R., p. 331).

Caso o autor queira comentar, na própria citação, o texto citado, pode fazê-lo colocando a expressão entre colchetes [].

Exemplo:

“De tudo, porém, o que de melhor havia naquele velho distrito de Vitória da Conquista [Vila Nova, hoje Anagé], era o Rio Gavião [...]” (SOARES, A., 2007, p. 12).

Se o autor do texto usar uma expressão que já contenha, no original, qualquer palavra em destaque, acrescenta-se, ao final da citação, a expressão **grifo do autor**, entre parênteses.

Exemplo:

“[...] **Os sonhos dos brasileiros de 1822 eram grandiosos.** Queriam libertar-se de três séculos de dependência de Portugal e erguer na América um vasto império [...]” (GOMES, 2010, p. 55, grifo do autor).

Caso o autor do trabalho queira destacar alguma expressão, deverá acrescentar, após a citação, a expressão **grifo nosso**, entre parênteses.

Exemplo:

“Vivi e vivo no Centro de São Paulo. **Frequento a região e não a abandonei quando ela deixou de ser um lugar glamouroso** (de homens de paletó e gravata e mulheres de *tailleurs* e chapéu) para se tornar um cenário da decadência humana” (BARBEIRO, 2009, p. 13, grifo nosso).

Ao usar uma expressão que contenha, no original, aspas duplas (“...”), deve-se transcrever a expressão com aspas simples (‘...’).

Exemplo:

Texto original:

Gerson, aos 21 anos, ainda não se tornara o “Canhotinha de ouro” da seleção, mas já era um craque na sua real posição, a meia (CASTRO, 1995, p. 278).

A citação:

Segundo Castro (1995, p. 278) o “Gerson, aos 21 anos, ainda não se tornara o ‘Canhotinha de ouro’ da seleção, mas já era um craque na sua real posição, a meia.”

11.2 REFERÊNCIAS

As referências devem se apresentar em sequência padronizada, em notas de rodapé ou ao final de capítulo ou, ainda, ao trabalho final, em ordem alfabética. Dela deve constar o nome do autor, o título da obra, edição, local, editora e ano de publicação. Além desses, há outros elementos que são denominados de suplementares, tais como subtítulo da obra, tradutor, série, coleção, notas de conteúdo e outros. As referências incluem todos os tipos de formato (livro, artigos, CD, DVD, fotografia, mapas etc.).

A pontuação deve ser uniforme para todas as referências.

Exemplo:

VIEIRA, Adilson Soares. **Vila Nova do Gavião**. Anagé: Ed. Particular, 1999.

O título deve ser destacado, o subtítulo não. Quando a obra possuir dois ou três subtítulos, somente o título principal deve ser destacado.

Exemplo:

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**. Filosofia de um trovador nordestino. Petrópolis: Vozes, 1978.

A regra não se aplica aos documentos sem indicação de autoria, situação em que a primeira palavra, em letras maiúsculas, será o próprio título.

Na lista de referência deve-se alinhar o texto somente à esquerda e cada documento deve ser identificado de forma individualizada, em espaço simples de um para o outro.

11.2.1 Espécies de referências

Os modelos de referências incluem livros, periódicos, CD, DVD, filme, mapa, música etc.

11.2.1.1 Livro

Exemplo:

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

11.2.1.2 Trabalhos acadêmicos

Exemplo:

DUQUE, Gilberto dos Santos. **Política de cotas para as universidades públicas**: direito ou discriminação. 2012. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Faculdade Independente do Nordeste, FAINOR, Vitória da Conquista, 2012.

CARVALHO, Maria Amélia Lira de. **Pejotização e descaracterização do contrato de emprego**: o caso dos médicos de Salvador – Bahia. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador, BA, 2010. Disponível em: <http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/4/TDE-2010-10-22T124554Z-161/Publico/MARIA%20AMELIA%20LIRA%20DE%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.

11.2.1.3 Entrevista

No caso, deve-se mencionar que se trata de entrevista, mesmo quando a entrada for feita em nome do entrevistado ou do entrevistador.

Exemplo:

Pelo entrevistado:

DINIZ, Abílio. “A vida pode começar aos 76”. Entrevista concedida a **Revista Veja**, São Paulo, Ed. Abril, n. 2325, ano 46, n. 24, p. 17-21, 12 jun. 2013. Entrevistador: Otávio Cabral.
Ou:

Pelo entrevistador:

CABRAL, Otávio. “A vida pode começar aos 76”. **Revista Veja**, São Paulo, Ed. Abril, n. 2325, ano 46, n. 24, p. 17-21, 12 jun. 2013. Entrevista com o empresário Abílio Diniz.

11.2.1.4 Publicação periódica

Nas publicações periódicas, que se apresentam sob a forma de revistas, boletins etc., constituída de fascículos e editadas periodicamente.

Exemplo:

DINHEIRO RURAL: revista mensal de negócios rurais, São Paulo: Três, v. 2 , 58, ago. 2013.

11.2.1.5 Artigos

Na descrição de artigos, não se deve incluir a Editora, mas somente o local da publicação.

Exemplo:

PINTO, José Augusto Rodrigues. A emenda constitucional 45/2004 e a justiça do trabalho: reflexos, inovações e impactos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª região**, Maceió, v. 9, n. 1, p. 13-43, 2003.

11.2.1.5.1 Artigo de revista eletrônica

Exemplo:

FREITAS, Adriana. De frente para a cidade. Uma leitura da poesia de Carlos Drummond de Andrade. **Rev. Eletrônica do Vestibular**, Departamento de Seleção Acadêmica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, (*online*), ano 2, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=26>. Acesso em: 06 ago. 2013.

11.2.1.6 Matéria de jornal

Incluem editoriais, reportagens, resenhas etc.

11.2.1.6.1 *Matéria de Jornal com autoria*

Exemplo:

MANCINI, Giuliana. Frankfurt abre as portas para a indústria automobilística. **A Tarde**, Salvador, ano 102, n. 101, p. 13, 05 set. 2013.

11.2.1.6.2 *Matéria de Jornal sem autoria*

A entrada deve ser pelo título do artigo, com a primeira palavra escrita com letras maiúsculas.

Exemplo:

BARRA do Choça assina novo convênio com a Embasa. **A Semana**, Vitória da Conquista, ano X, n. 482, 31 ago. 2013. Municípios, p. 9.

11.2.1.7 *Matéria em meio eletrônico*

A matéria em meio eletrônico também pode estampar ou não a autoria.

11.2.1.7.1 *Matéria em meio eletrônico com autoria*

Exemplo:

R7 NOTÍCIAS - AGÊNCIA EFE. **ONGs de direitos humanos denunciam espionagem dos EUA na França**. Paris, 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/ongs-de-direitos-humanos-denunciam-espionagem-dos-eua-na-franca-11072013>>. Acesso em: 05 set. 2009.

11.2.1.7.2 *Matéria em meio eletrônico sem autoria*

A entrada deve ser feita pelo título do artigo, com a primeira palavra do título escrita com letras maiúsculas.

Exemplo:

DILMA em Conquista: a presidente entregará 1.500 casas pelo programa federal Minha Casa Minha Vida. **Blitz Conquista**. Vitória da Conquista, 05 set. 2013. Disponível em: <<http://www.blitzconquista.com.br/2013/09/05/dilma-em-conquista-a-presidente-entregara-1-500-casas-pelo-programa-federal-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 05 set. 2013.

11.2.1.8 Trabalhos Apresentados em Congressos, Seminários, Simpósios, Encontros, Workshops e Colóquios

11.2.1.8.1 Documento impresso

Exemplo:

CARTA DE ATENAS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. 4., 1933. **Anais...** Atenas, 1933, p.1.

11.2.1.8.2 Documento eletrônico

Exemplo:

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. Adaptações e livros baratos para a corte: folhetos editados na Impressão Régia do Rio de Janeiro entre 1808 a 1822. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004. **Anais...** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/adaptacoes.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

11.2.1.9 Documentos jurídicos

Compreende a legislação, a doutrina e a jurisprudência.

11.2.1.9.1 Legislação

Compreende a Constituição Federal, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos etc.

11.2.1.9.1.1 Constituição

Exemplo:

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ou:

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2013.

11.2.1.9.1.2 Código civil

Exemplo:

ANGHER, Anne Joyce. **Vade mecum acadêmico de direito**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2008. p. 136-217.

Ou:

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 set. 2013.

11.2.1.9.1.3 Lei ordinária

Exemplo:

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.829**, de 20 de junho de 2013. Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná. Brasília, 20 jun. 2013. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/2013-leis-ordinarias#content>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

11.2.1.9.1.4 Portarias, Decretos, Instruções Normativas, Medidas Provisórias, Resoluções, Projetos de leis etc.

As referências são idênticas, devendo-se modificar apenas de que tipo de legislação se trata.

Exemplo:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Instrução Normativa** nº 26, de 02 de setembro de 2009.. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, ano 146, n 1, de 3 de setembro de 2009 - seção I – pág. 100/101.

Ou:

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria** nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/Portaria_256_GC5_de_13.05.2011_Atualizada_Port-271.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2013.

11.2.1.9.2 Doutrina

São discussões técnicas sobre questões de direito, que podem ser publicadas em livros, artigos, monografias etc., que devem ser referenciados conforme o tipo de documento em que ela se apresenta.

Exemplo:

MARTINS, Benedito Mamédio Torres. **Elementos para a teoria geral do processo**. São Paulo: Nelpa, 2011.

11.2.1.9.3 Jurisprudência

São as reiteradas decisões judiciais exaradas através de Súmulas acórdãos, sentenças, que devem ser referenciadas conforme o tipo e o órgão prolator.

Exemplo:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 701**. No mandado de Segurança impetrado pelo Ministério Público contra Decisão proferida em Processo Penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_701_800>. Acesso em: 13 set. 2013.

Ou:

BRASIL. STJ, Processual Penal. HC 1.169-0-SP, 5ª T., Rel. Ministro Castro Lima, v.u., DJ, Seç. I, de 04.05.92, p. 5.894. In: RAMOS, João Gualberto Garcez. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 185.

11.2.1.10 Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico

As normas não contemplam os exemplos de documentos que examinaremos a seguir, mesmo assim apresentaremos algumas sugestões baseados em outros trabalhos já públicos, a respeito.

11.2.1.10.1 CD - ROM

Exemplo:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A turma da cooperação.** Uma biblioteca virtual do cooperativismo com informações sobre o sistema e histórias ilustrativas. Brasília, 2006. 1 CD-ROM.

11.2.1.10.2 Homepage institucional

Exemplo:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE). Salvador.
Disponível em: <<http://www.apaesalvador.org.br/institucional>>. Acesso em 04 set. 2013.

11.2.1.10.3 Blogs, Facebook, Orkut, Twitter, Youtube, Site ou Portal

Exemplo:

MAIA, Jorge. Aprendiz de pistoleiro. 2013. **Blog do Anderson.** Postado em 17 ago. 2013.
Disponível em: <<http://www.blogdoanderson.com/2013/08/17/aprendiz-de-pistoleiro/>>
Acesso em: 20 ago. 2013.

Ou:

REDAÇÃO. 'Mais Médicos' sem médicos. Festival de faltas é constatado em quase todo Brasil. **Blog da Resenha Geral.** Postado em: 04 set. 2011. Disponível em
<<http://www.blogdaresenhageral.com.br/>>. Acesso em: 04 set. 2013.

Ou:

TEIXEIRA, Bruna. Facebook. Mensagem enviada por Carmen Barreto. Postada em 04 set. 2013 às 22:03. Disponível em: <<https://www.facebook.com/brunninha.teixeira>> Acesso em: 04 set 2013.

Exemplo (cont.):

MORAES, Vinicius de. Comunidade. Moderadora: Amália Boaventura. Scrap em: 12 abr. 2004, na Categoria Artes e Entretenimento. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=40713>>. Acesso em 05 set. 2013.

Ou:

FREDGOL, Fred. **Passei os últimos dias muito chateado por conta da lesão que sofri no fim de semana**. Rio de Janeiro, Postado em: 04 set. 2013, às 11:29. Twitter: Fred-Fredgol@Fredgol9. Disponível em: <<https://twitter.com/fredgol9>>. Acesso em 05 set. 2013.

Ou:

CORREIO BRAZILIENSE. **Jornalista Pimenta Neves é beneficiado com regime semiaberto**. <http://bit.ly/13iuO1q>. Brasília, 05 set. 2013. Twitter: @cbonlinedf. Disponível em: <<https://twitter.com/cbonlinedf>>. Acesso em: 05 set. 2013.

Ou:

ARAPIRANGA, Jânio. **Açoite de Brisa Mansa**. 2013. 1 post (3 min 25). Postado em: 14 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=brVdPh2feFc>> Acesso em: 04 set. 2013.

Ou:

SÁ, Roberta. **Programa do Jô**. 2012. (14m 59s). Entrevistador: Jô Soares. Programa exibido em: 15 maio 2012. Postado em 17 maio 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yoyZrRFYJFg>>. Acesso em: 04 set 2013.

Ou:

SCHMID, Catherine. Literatura para todos os gostos e acessível a todos os bolsos: camelôs viram “livreiros de rua”. **Portal PUC-Rio digital**. Disponível em: < <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/> >. Acesso em: 06 set. 2013.

Ou:

COMPONENTES DA MOTOCICLETA: o Inmetro está regulamentando uma série de componentes de motocicletas, estabelecendo requisitos de qualidade que devem ser atendidos **Portal do Consumidor**. Disponível em: <<http://www.portaldoconsumidor.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2013.

11.2.1.11 Imagens em movimento

Incluem filmes, videocassetes, DVDs e outros.

11.2.1.11.1 DVD ou Bluray

Exemplo:

BETHÂNIA, Maria. **Maricotinha ao vivo**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003. 1 DVD.

11.2.1.11.2 Matéria em TV e Rádio

Exemplo:

PROGRAMAS gratuitos podem ajudar nas finanças. **Jornal da Band**, São Paulo, 04 jul. 2013. Disponível em <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo/100000611599/Programas-gratuitos-podem-ajudar-nas-financas.html>. Acesso: 05 set. 2013.

Ou:

RÁDIO JOVEM PAN DE SÃO LUIS. FM 100,4. **Sucesso Geral**. Apresentação: Severino Rocha São Luis, 12 ago. 2012.

11.2.1.12 Documentos iconográficos

Incluem pinturas, gravuras, fotografias, cartazes etc.

11.2.1.12.1 Pinturas

Exemplo:

ASSUNÇÃO, Bernardo. **Adolescência**. 1979. 1 original de arte, óleo sobre tela, 35cm x 28cm. Coleção particular.

11.2.1.12.2 Fotografias

Exemplo:

FORMANDOS de medicina, turma 2007/Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. 1 fotografia, color., 18cm x 24 cm.

11.2.1.13 Documentos cartográficos

Incluem atlas, mapas etc.

11.2.1.13.1 Atlas

Exemplo:

ATLAS de Pernambuco. Recife: IBGE, 1986. 1 atlas (705p.). 15 mapas.

11.2.1.13.2 Mapas

Exemplo:

SANTA CATARINA, Secretaria de Agricultura. **Território geológico**. Florianópolis, 2007. 1 mapa, color. Escala 1:2.000.000.

11.2.1.14 Documentos sonoros

Abrangem CD e DVD.

Exemplo:

BOSCO, João. **João Bosco ao vivo**. 100ª apresentação. São Paulo: Polygram, 1989. 1 CD.

11.2.1.14.1 Documento sonoro em parte

Exemplo:

SANTANA, Alcides. Tudo acabou. Interprete: Evandro Correia. In: **Seara nordestina**. Vitória da Conquista: For Al Music, 2103. 1 CD sonoro. Faixa 11.

11.3 ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS

Abreviaturas	Significado
e.g.	<i>exempli gratia</i> . Por exemplo
i.e.	id est. Isto é.
idib ou ibidem	Na mesma obra
In	Em
c.f.	Conforme

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitas as dificuldades encontradas para a elaboração desse estudo e a primeira delas residiu na falta de literatura sobre o assunto. A doutrina não tem emprestado ao tema a devida relevância e atualidade. Desse modo, o plágio acadêmico não tem merecido uma maior atenção dos autores.

De outro lado, as instituições de ensino, médio e superior, demonstram extremo desinteresse pelo tema, fato que revela outra dificuldade na sua discussão e na solução dos problemas inerentes. Não há, de um modo geral, qualquer preocupação no enfrentamento desse fenômeno no âmbito das instituições de ensino.

Não bastasse isso, tenha-se presente que alguns tipos de plágio são de difícil constatação, como sói acontecer com o plágio consentido, que envolve a comercialização de trabalhos acadêmicos, e dificulta sobremaneira o seu combate nas instituições de produção e disseminação do conhecimento.

No entanto, restou amplamente demonstrado, ao longo desse estudo, que a popularização da internet e o surgimento de novos espaços midiáticos provocaram, a partir da última década do século passado, o descortino de novos horizontes nas relações pessoais.

De igual modo, constatou-se que são muitas as facilidades advindas da globalização, na medida em que os espaços midiáticos se multiplicaram de forma avassaladora, trazendo novas formas de relações humanas. Aliado a isso, alguns problemas, de naturezas diversas, surgiram a desafiar a sociedade atual.

Assim, o tema estudado neste manual conduz, sem margem de dúvida, a um debate bem mais amplo e exige uma reflexão mais acurada acerca das mudanças ocorridas na sociedade após o surgimento da “revolução digital”, e essa discussão deve ir além dos umbrais das instituições de ensino.

No entanto, a realização desse trabalho foi motivada tão somente pelo propósito de alertar a comunidade acadêmica da FAINOR para a problemática do plágio, concitando-a a promover uma ampla discussão acerca do fenômeno, na perspectiva de poder apresentar algumas soluções para o seu enfrentamento no âmbito da Instituição.

Nesse passo, adotamos um perfil de abordagem sob a forma de um Manual, a fim de facilitar, ao máximo, o seu entendimento. Daí a escolha de formato simplificado para expor algumas nuances e desdobramentos de um problema tão complexo.

Tratou-se, na verdade, como proposto na introdução, de uma breve apresentação dos conceitos e definições dos direitos autorais e da legislação pertinente. Da enumeração dos

tipos mais recorrentes de plágio e as suas principais causas, que obedeceram mais a uma visão pessoal do autor do que mesmo a uma constatação objetiva. O mesmo ocorrendo em relação às sugestões apresentadas para o enfrentamento do problema no âmbito da Instituição abordada, que foram lançados apenas a guisa de sugestão e estão longe de pretender resolver, de uma vez, a ocorrência de plágio na elaboração de trabalhos acadêmicos.

Por último, cabe reafirmar apenas, de forma concisa, a ideia de que a ampla discussão sobre o plágio acadêmico e as suas consequências na produção do conhecimento já representa um caminho a ser trilhado na direção da solução do problema.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Eliane Yachouh. **Proteção ao direito autoral tem limites**. São Paulo: Tribuna do Direito, 1995.
- ALMEIDA, Alessandra Juttel. **Direito de autor nos Estados-partes do Mercosul**. Registro de Obra Intelectual. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- ALVES, Beatriz Gabellini; SILVA, Rachel Inês; ALMEIDA, Maira Silveira de. **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT**. Uberaba: Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2011.
- ANDRADE, Carlos Drummond de, 1984. **A Rosa do Povo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- ARRABAL, Alejandro Knaesel. **Propriedade intelectual**. Blumenau: Diretiva, 2005.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito autoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**. Filosofia de um trovador nordestino. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: informação e documentação – referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 6022**: informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acesso em: 14 dez. 2013.
- AVANCINI, Helenara Braga; BARCELLOS, Milton Lucídio Leão. **Perspectivas atuais do direito de propriedade intelectual**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2009.
- BACELAR, Ricardo. O plágio nas instituições de ensino. **Petição**. Brasília: OAB. Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB, 18 Oct. 2010. 7p. Disponível em: <<http://www.ricardobacelar.com.br/userfiles/file/documentos/plagio.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- BARBEIRO, Heródoto. **Meu velho centro**: história do coração de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBOSA, Adoniran. **As mariposa**. Demônios da Garoa. Trem das Onze. Chantecler. Faixa 7, 1994.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos de autor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOFF, Leonardo. **Experimentar Deus**: a experiência de todas as coisas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL, **Lei Federal nº 5.988/73**. Regula os direitos autorais e dá outras providências. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5988.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. **Lei Federal nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. Ministério da Cultura – Minc. **Cartilha de direito autorar**: conheça e participe desta discussão sobre a cultura no Brasil. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 04 maio 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BUARQUE, Chico. **Estorvo**. Ed. Integral. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

CAIRES, Walmária. **Flor de outono**: lembranças de Maria Helena. São Paulo: Inteligentes, 2008.

CALADO, Carlos. **Tropicália**. A história de uma revolução musical. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

CASAGRANDE JÚNIOR, Walter; RIBEIRO, Gilvan. **Casagrande e seus demônios**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.

CASTRO, Ruy. **Estrela solitária**: um brasileiro chamado garrinha. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Orientações Capes - combate ao plágio**. Brasília: CAPES, 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

DIAS, G. Ataíde. Propriedade intelectual: desafios em nossa contemporaneidade. In: CONGRESSO DE DIREITO DO SUDOESTE DA BAHIA, 6., 2013. Vitória da Conquista, 2013.

DIAS, M. Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Direito das coisas. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ECHEVERRIA, Regina. **Gonzagão & Gonzaguinha**. Uma história brasileira. São Paulo: Leya, 2012. p. 145.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE (FAINOR). Disponível em: <<http://www.fainor.com.br/>>. Acesso em: 07 maio 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. III,

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. 1. ed. Montevideo: Siclo XXI, 1994.

GARSCHEGEN, Bruno. **Universidade em tempos de plágio**. 2006. s.d. Disponível em: <<https://www.listasunicampbr/pipermail/ead-I/2006-January/068244.html>>. Acesso em: 02 dez. 2103.

GERAQUE, Eduardo. Reitora da USP é acusada de plágio em estudo sobre vírus. **Folha de São Paulo**. Versão eletrônica. Reportagem Local. Publicada em 04 nov. 2009. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0411200912.htm>>. Acesso em 25.09.2013

GIL, Gilberto; ZAPPA, Regina. **Gilberto bem perto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

GIL, Gilberto. **Parabolicamará**. São Paulo: Warner Music, Faixa 2, 1992.

GOMES, Laurentino. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HARTMANN, Ernesto. Variações sobre plágio. **Confraria – arte e literatura**, n. 8, maio/jun. 2006. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/~confrariadovento/numero8/ensaio03.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

HOLANDA, Nestor de. **Memórias do café nice**: subterrâneos da música popular e da vida boêmia do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293330>>. Acesso em: 01 set. 2013.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio**. Um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Roberta de Abreu. O plágio na era digital. **Veja**, São Paulo, v. 44, n. 9, p.100-104, 2 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?termo=02de marco2011>>. Acesso 25 set. 2013.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 1. ed. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2003.

MELLO, Elomar Figueira. **Cartas catingueiras**. Gravado em setembro de 1982, no Nosso Estúdio, São Paulo: Gravadora Rio do Gavião, 1983.

MELO, Fernando. **João Pessoa**. Uma biografia. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

MENEZES, Durval Lemos. **O pedralismo**. Um fenômeno social. Vitória da Conquista: Edição Particular, 2012.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2000. Tomo V.

MOLINA, Juan Carlos Fernández. **Derecho de autor y bibliotecas digitales: en busca del equilibrio entre intereses contrapuestos**, Campinas: 2008.

MUGNAINI JR., Ayrton. **A jovem Chiquinha Gonzaga**. 1. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. (Coleções Jovens Sem Fronteiras).

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de sobrevivência universitária**. 2. ed. Salvador: Papirus, 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Conselho Federal. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/20764/oab-quer-fim-de-fabrica-de-monografias-e-o-uso-de-softwares-contraplágios-argumento-pesquisa>>. Acesso em: 05 maio 2013.

PERES, Érika Almeida; CARVALHO, Ivana Vívian de; BARELLA, Walter; MERGULHÃO, Maria Cornélia. Ocorrência de parasitos intestinais e intervenção educativa em uma escola estadual na cidade de Sorocaba. **Revista Eletrônica de Biologia**, Sorocaba, v. 2, n. 4, p. 26-37, 2009. ISSN 1983-7682. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reb/index>>. Acesso em: 04 set. 2013.

PINHEIRO, Patrícia Peck (Coord.). **Manual de propriedade industrial**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), 2013.

PÓLVORA, Hélio. Mar de Azov. Travessias singulares: pais e filhos. In: SOARES, Rosel Bonfim (Org.). **Antologia** 1. ed. São Paulo: Casarão do Verbo, 2008.

RIBEIRO, Solano. **Prepare seu coração**. A história dos grandes festivais. São Paulo: Geração, 2002.

ROCHA, Francisco Paulo Ribeiro. **Um século de medicina em Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2003.

RODRIGUES, Silvio. **Direito das coisas**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOARES, Antonio Ernesto Viana (Org.). **Diário da Segunda Guerra Mundial de Edson Dias Soares**. 1. ed. Goiania: Kelps, 2007.

SOARES, Rosel Bonfim. **Cafezal do verbo ausente**. Novos talentos da literatura. Ed. Integral. São Paulo: Casa do Novo Autor, 1999.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; DUARTE, Stenio Fernando Pimentel; REIS, Luciana Araújo dos. **Manual de pesquisa FAINOR**. Vitória da Conquista: Fainor, 2013.

TAKAHASHI, Fábio. Plágio em pesquisa. In: **Folha de São Paulo**. Reportagem. Publicada em 20 fev. 2011. Disponível em: <<http://ppgqufscar.blogspot.com.br/2011/02/reportagem-da-folha-de-domingo-plagio.html>>. Acesso em: 25 set. 2013.

UNIBRASIL. **Instrução normativa N.º 01/2012** – CGCD. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Direito. Estabelece novas regras para o processo de elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, em substituição à Instrução Normativa nº 01/2008. Curitiba: Centro Universitário do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/Instrução_normativa_TCC_2012.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO CARLOS. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/anti-plagio/>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). Guia para a elaboração de trabalhos acadêmicos (artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou científico, trabalho de conclusão de curso e tese). Disponível em: <http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/guia_biblioteca_abnt_2011.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WACHOWICZ, Marcos; MORENO, Guilherme Palo (Coords.). **Propriedade intelectual**. Inovação e conhecimento. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

ANEXO

ANEXO - Capítulo VI da LDA – Das Limitações Aos Direitos Autorais, Artigos 46, 47, 48

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

ANEXO B - Recursos informacionais eletrônicos

Sigla		Site
ABAPI	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial	www.abapi.org.br
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas	www.abnt.org.br
ABDI	Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicações	www.abdi.org.br
ABES	Associação Brasileira de Empresas de Software	www.abes.org.br
ABPI	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual	www.abpi.org.br
APIJOR	Associação Brasileira para Proteção da Propriedade Intelectual dos Jornalistas	www.autor.org.br
BSA	Bissness Software Aliance	www.bsa.org/brazil
CBL	Câmara Brasileira do Livro	www.cbl.org.br
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição	www.ecad.org.br
FBN	Fundação Biblioteca Nacional	www.bn.br
IBPI	Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual	www.ibpi.org.br
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	www.ibict.br
IIDA	Instituto Interamericano de Direito do Autor	www.iidautor.com
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial	www.inpi.gov.br
ISBN	International ISBN Agency	www.isbn-internacional.org
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia	www.mct.gov.br
MinC	Ministério da Cultura	www.cultura.gov.br
OMC	Organização Mundial do Comércio	www.wto.org
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual	www.wipo.int
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros	www.snel.org.br

Fonte: Arrabal (2005).